



**DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026**

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

**Art. 2º** A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

*[assinado eletronicamente]*  
**AFFONSO CÂNDIDO**  
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.jf-parana.ro.gov.br](http://eproc.jf-parana.ro.gov.br), informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

---

Docto ID: 2613313 v1

## AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90074/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-4456/2025 - SEMUSA**

**OBJETO:** Aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados a suprir as necessidades das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) coordenado pela Central de Regulação de Urgência (CRU) sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná (SEMUSA), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia 20/07/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

[www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA:**

ABERTO

**PARTICIPAÇÃO:**

- Todos os itens são destinados à Participação de ME/EPP/EQUIPARADAS

**REGISTRO DE PREÇOS: NÃO**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

**R\$ 119.504,09** (Cento e dezenove mil, quinhentos e quatro reais e nove centavos)

**FONTE DE RECURSOS:**

Dotação Orçamentária    02 - PODER EXECUTIVO  
                                     07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
                                     04 - BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA  
                                     10.302.0003.2100.0000 - Manutenção dos Serviços de Atenção Especializada  
                                     4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Valor Reservado (Orçamento 2026): R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Dotação Orçamentária    02 - PODER EXECUTIVO  
                                     07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
                                     10 - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA  
                                     10.302.0003.1162.0000 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde  
                                     4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Valor Reservado (Orçamento 2026): R\$ 19.504,09 (dezenove mil, quinhentos e quatro reais e nove centavos)

**EDITAL:** Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br).

**INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br).

**Ji-Paraná, 26 de junho de 2026.**

**Edital Elaborado por:**

*[assinado eletronicamente]*

**Danielly Melo De Souza**

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**Responsável pela licitação:**

*[assinado eletronicamente]*

**Ana Paula de Souza Meireles**

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90074/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.**

A **Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia**, por meio da **Superintendência de Compras e Licitações**, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20 de julho de 2026, às 09h30min.** (Horário de Brasília - DF)

**LOCAL (endereço eletrônico):** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**UASG:** 980005

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-4456/2025 - SEMUSA**

**1. DO OBJETO**

**Aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados a suprir as necessidades das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) coordenado pela Central de Regulação de Urgência (CRU), sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná (SEMUSA), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.**

**1.1.** *A licitação será realizada em 13 (treze) itens, conforme tabela constante do ANEXO II do Edital – Carta Proposta.*

- Todos os itens são **DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.**

**1.2.** Em caso de **discordância existente** entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, **prevalecerão às últimas.**

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.7. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.7.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.7.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.7.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.7.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

**2.7.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.7.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.7.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.7.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.11.** O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou



jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

**3.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.

**3.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.7.** A **falsidade da declaração** de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances.**

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor **total do item;**

**4.1.2.** Marca;

**4.1.3.** Fabricante;

**4.1.4.** Quantidade.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

**4.3.** Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado



nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.1.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**4.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato**.

**4.9.** O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

**4.10.** Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.11.1.** A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15.** **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**

**5.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.2.** empresas brasileiras;

**5.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.22.1.** Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

**5.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.22.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.

**5.22.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.4.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

**6.1.5.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1.** **A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 3.6 deste edital.**

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**6.6.1.** conter vícios insanáveis;

**6.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7.** No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

**6.7.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

**6.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi - integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**6.8.3.** No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.8.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.9.** **Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

**6.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-



integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**

**6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra,** o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.



7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A **verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**

**7.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

**7.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

**8.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br) - Portal da Transparência.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

- 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
  - 9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5.** fraudar a licitação
- 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** advertência;
  - 9.2.2.** multa;
  - 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** **A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.**

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br) e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).**

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
    - 11.11.1.1. *Apêndice do Termo de Referência*
  - 11.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);
  - 11.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;
    - 11.11.3.1. *ANEXO III – A – Modelo de Declaração*
  - 11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

## 15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná, 26 de junho de 2026.

**Edital Elaborado por:**

*[assinado eletronicamente]*

**Danielly Melo De Souza**

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**Responsável pela licitação:**

*[assinado eletronicamente]*

**Ana Paula de Souza Meireles**

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026





## TERMO DE REFERÊNCIA

### IDENTIFICAÇÃO

**Unidade orçamentária:** Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná-RO

**Departamento:** Central de Regulação de Urgência - CRU/SAMU - 192.

**Objeto:** Despesa para aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinado a suprir as necessidades das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) coordenado pela Central de Regulação de Urgência (CRU), sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA).

### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados à estruturação e ao fortalecimento das atividades operacionais, administrativas e pedagógicas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 do Município de Ji-Paraná.

**1.1.2.** A presente contratação será custeada **com recursos oriundos de Emenda Parlamentar nº07024** regularmente incorporada ao orçamento municipal, vinculada à ação orçamentária destinada ao fortalecimento da rede de urgência e emergência, devendo a execução observar a finalidade específica prevista no plano de trabalho aprovado.

**1.1.3.** A contratação compreende o fornecimento e entrega integral dos bens nas especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, incluindo garantia mínima contra defeitos de fabricação e demais obrigações correlatas necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos pela Administração.

**1.1.4.** É vedado o fornecimento de bens reconicionados, remanufaturados ou que não atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas, sob pena de recusa e aplicação das sanções cabíveis.

#### 1.2. Natureza

**1.2.1.** Trata-se de aquisição de bens comuns permanentes, com especificações usuais de mercado e padrões de desempenho objetivamente definidos neste Termo de Referência, permitindo julgamento objetivo e comparabilidade entre propostas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**1.2.2.** O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1384/2024, considerando que os padrões de desempenho e qualidade definidos são estritamente necessários ao atendimento da finalidade assistencial do serviço público de saúde.

**1.2.3.** Para a execução do objeto deste instrumento licitatório, os eventuais fornecedores deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos exigidos a título de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.



### 1.3. Modalidade

**1.3.1.** A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos do **art. 6º, inciso XLI, e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, por tratar-se de bens comuns com padrões de desempenho objetivamente definidos.

**1.3.2.** O critério de julgamento será o de menor preço por item, considerando o parcelamento da solução, em observância aos princípios da competitividade, economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa.

**1.3.3.** A contratação observará as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, no que couber, especialmente quanto ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

### 1.4. Modo de Disputa

**1.4.1.** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto.

**1.4.1.1.** Em consonância com o inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, no modo de disputa aberto os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes, considerando o critério de julgamento de menor preço por item.

**1.4.1.2.** No modo de disputa aberto, a fase de lances será realizada por meio de sistema eletrônico, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar a proposta mais vantajosa ao final da etapa competitiva, conforme regras estabelecidas no edital.

### 1.5. Quantitativos

**1.5.1.** Quadro de Especificações Técnicas dos Itens e Quantitativos:

Item	Descrição do Material	Quant.	Valor Unitário (Médio)	Valor Total do Item
1	Maca do tipo prancha de resgate	10	R\$ 420,00	<b>R\$ 4.200,00</b>
2	Aspirador de secreção elétrico móvel*	5	R\$ 3.738,32	<b>R\$ 18.691,60</b>
3	Mochila de resgate	10	R\$ 385,54	<b>R\$ 3.855,45</b>
4	Manequim adulto simulador (SBV)	4	R\$ 6.351,39	<b>R\$ 25.405,56</b>
5	Manequim pediátrico simulador (SBV)	2	R\$ 7.811,20	<b>R\$ 15.622,40</b>
6	Manequim lactente (Bebê) (SBV)	2	R\$ 6.825,85	<b>R\$ 13.651,70</b>
7	Simulador de cabeça para intubação*	1	R\$ 9.646,98	<b>R\$ 9.646,98</b>
8	Desfibrilador Externo Automático (DEA)	2	R\$ 2.067,70	<b>R\$ 4.135,39</b>
9	Simulador de parto (Modelo anatômico)*	1	R\$ 2.195,00	<b>R\$ 2.195,00</b>

**1.5.2.** As quantidades foram definidas conforme **memória de cálculo e justificativa técnica do ETP**, considerando a estrutura operacional do SAMU 192 (02 USB, 01 USA e 01 VIR), o volume de atendimentos (2024-2025) e a necessidade de fortalecimento do NEP.

**1.5.3.** Para fins de aceitação técnica, os licitantes deverão apresentar, junto de suas propostas, catálogos técnicos, prospecto ou ficha técnica do modelo ofertado. A exigência vale para os itens 01 (maca de resgate); 02 (aspirador de secreção elétrico móvel); 03, 04, 05, 06, 07 (mochilas de resgate); 08, 09, 10 (manequins simuladores de RCP); 11 (simulador de cabeça); 12 (desfibrilador externo); e 13 (simulador de parto). **Os referidos documentos deverão conter descrição detalhada, imagens e especificações.**

**1.5.4.** A descrição da necessidade da aquisição busca a solução mais adequada sob a perspectiva do interesse público, assegurando continuidade, qualidade e efetividade na prestação do serviço público de saúde.

## 1.6. Prazo do Contrato e Garantia

**1.6.1.** O prazo para fornecimento e entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

**1.6.2.** Os bens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração.

**1.6.3.** A garantia contratual complementar à garantia legal observará o prazo fornecido pelo fabricante, quando superior, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo.

**1.6.4.** Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar assistência técnica adequada, com prazo de resposta compatível com a natureza do objeto e a essencialidade do serviço prestado pelo SAMU 192.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto às disposições relativas ao planejamento da contratação, definição do objeto, estimativa de preços, modalidade licitatória e critérios de julgamento, observando-se o Estudo Técnico Preliminar, o Documento de Formalização de Demanda, o critério de julgamento pelo menor preço por item, a modalidade Pregão Eletrônico, a conformidade orçamentária e a estimativa de preços fundamentada em pesquisa de mercado.

**2.1.1.** Tem por objeto a aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados à estruturação das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192, ao apoio operacional da Central de Regulação de Urgência (CRU) e ao fortalecimento das atividades do Núcleo de Educação Permanente (NEP). A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o adequado aparelhamento do serviço, elemento essencial para a execução de atendimentos pré-hospitalares com segurança, eficiência e resolutividade. A implementação da solução visa atender aos seguintes preceitos:

**2.1.1.1. Eficiência e Qualidade Assistencial:** A disponibilização de equipamentos adequados e padronizados nas viaturas e na estrutura de regulação constitui requisito indispensável para a execução de procedimentos de suporte básico e avançado de vida, reduzindo riscos assistenciais e ampliando a capacidade de resposta às urgências e emergências.

**2.1.1.2. Atendimento à Demanda Operacional:** Considerando a estrutura atual composta por 02 Unidades de Suporte Básico (USB), 01 Unidade de Suporte Avançado (USA) e 01 Veículo de Intervenção Rápida (VIR), bem como o volume de atendimentos registrados desde a implantação do serviço, a aquisição visa assegurar a continuidade e a regularidade da prestação do serviço público essencial.

**2.1.1.3. Educação Permanente e Padronização Técnica:** A aquisição de simuladores e dispositivos de treinamento possibilita a realização de capacitações periódicas, contribuindo para a atualização técnica das equipes, padronização dos protocolos assistenciais e melhoria contínua da qualidade do atendimento.

**2.1.1.4. Segurança Operacional e Proteção dos Profissionais:** Os equipamentos previstos atendem às exigências técnicas e normativas aplicáveis, contribuindo para a proteção dos profissionais de saúde e dos usuários, especialmente em situações de risco e atendimento em ambiente externo.

**2.1.1.5. Otimização da Estrutura Existente:** O investimento permite o pleno aproveitamento das viaturas, da Central de Regulação e da base operacional do SAMU 192, fortalecendo a capacidade institucional do Departamento de Média e Alta Complexidade e reduzindo riscos de descontinuidade do serviço.

**2.1.1.6. Conformidade Legal e Orçamentária:** A contratação encontra-se devidamente justificada nos termos da Lei nº 14.133/2021, fundamentada no planejamento prévio consolidado no Estudo Técnico Preliminar e

custeada com recursos oriundos de Emenda Parlamentar regularmente incorporada ao orçamento municipal, observando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde.

## **2.2. Justificativa do Parcelamento ou Não da Aquisição**

**2.2.1.** Haverá parcelamento do objeto por item, considerando a diversidade técnica e funcional dos bens a serem adquiridos, em observância aos princípios da competitividade, isonomia e busca da proposta mais vantajosa.

**2.2.2.** O parcelamento possibilita a participação de maior número de fornecedores especializados, amplia a competitividade do certame e evita restrição indevida à disputa, sem comprometer a padronização técnica e a funcionalidade dos equipamentos.

**2.2.3.** Não há interdependência técnica entre os itens que justifique a contratação em lote único, uma vez que os bens possuem naturezas distintas e aplicações específicas dentro da estrutura do SAMU 192.

## **2.3. Levantamento de Mercado**

**2.3.1.** O levantamento de mercado que subsidiou a escolha da solução técnica e a definição das especificações encontra-se detalhado no Estudo Técnico 85 de 12/05/2026 (ID 2674929).

## **2.4. Em conformidade com o ETP**

**2.4.1.** Os requisitos técnicos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência foram extraídos do Estudo Técnico Preliminar e do Documento de Formalização de Demanda, especialmente quanto:

- I. à definição dos quantitativos conforme a estrutura de viaturas existentes;
- II. à padronização dos equipamentos de atendimento pré-hospitalar;
- III. à necessidade de dispositivos de treinamento para fortalecimento da educação permanente;
- IV. à observância das normas técnicas aplicáveis;
- V. à adoção de solução que assegure eficiência operacional, segurança assistencial e economicidade.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **3.1. Descrição detalhada da solução:**

**3.1.1.** A solução adotada consiste na aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados ao aparelhamento das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 (USB, USA e VIR), bem como ao fortalecimento da estrutura operacional da Central de Regulação de Urgência (CRU) e do Núcleo de Educação Permanente (NEP), configurando-se como a estratégia mais adequada para garantir a continuidade, segurança e eficiência do atendimento pré-hospitalar móvel.

**3.1.2.** A modelagem adotada baseia-se na aquisição dos bens por meio de Pregão Eletrônico, com especificações técnicas padronizadas e compatíveis com as normas aplicáveis, permitindo ampla competitividade e julgamento objetivo.

**3.1.3.** Ao optar pela aquisição de equipamentos novos e de primeiro uso, a Administração Municipal assegura garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, reduzindo custos com manutenção corretiva inicial e garantindo que os bens possuam tecnologia atualizada, adequada à realidade operacional do serviço.

**3.1.4.** A solução compreende o conjunto de todos os elementos necessários ao atingimento dos resultados pretendidos, incluindo:

- a) Fornecimento dos equipamentos e materiais permanentes conforme especificações técnicas definidas;
- b) Entrega integral nas dependências indicadas pela Administração;
- c) Garantia contra defeitos de fabricação;
- d) Disponibilização de manuais, certificações e documentação técnica quando aplicável;
- e) Assistência técnica durante o período de garantia, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

**3.1.5.** A caracterização técnica dos equipamentos foi estabelecida visando padronização, durabilidade e segurança operacional, observando especificações usuais de mercado, normas técnicas aplicáveis e exigências mínimas necessárias ao desempenho adequado das atividades assistenciais e de treinamento.

**3.1.6. Como benefícios resultantes desta aquisição, espera-se:**

- a) Garantia de Continuidade Assistencial: Assegurar que as viaturas estejam plenamente equipadas para atuação imediata em situações de urgência e emergência, reduzindo riscos de interrupção do serviço;
- b) Qualificação Técnica das Equipes: Possibilitar treinamentos práticos e atualizações periódicas por meio de simuladores e dispositivos específicos, elevando o padrão de atendimento prestado à população;
- c) Segurança Operacional: Proporcionar condições adequadas de trabalho aos profissionais, com equipamentos certificados e compatíveis com as normas vigentes;
- d) Eficiência Orçamentária: Utilização de recursos oriundos de Emenda Parlamentar para investimento estruturante, promovendo fortalecimento institucional e melhor aproveitamento da infraestrutura existente;
- e) Segurança Jurídica e Técnica: Definição de especificações objetivas e usuais de mercado, garantindo competitividade no certame e facilitando a fiscalização contratual.

**3.1.7.** A solução escolhida é a realização de Pregão Eletrônico, por tratar-se de bens comuns com padrões de desempenho objetivamente definidos, permitindo julgamento pelo menor preço por item. O procedimento assegura:

- a) Competitividade e economicidade, mediante disputa de lances;
- b) Transparência e controle, com registro eletrônico das etapas do certame;
- c) Atendimento preciso às especificações técnicas definidas;
- d) Celeridade processual, possibilitando a pronta estruturação do serviço público essencial.

**3.1.8.** Com base nesses fundamentos, justifica-se a aquisição dos materiais e equipamentos permanentes como a opção mais vantajosa para fortalecer o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192, assegurando eficiência operacional, melhoria da qualidade assistencial e adequada aplicação dos recursos públicos vinculados à emenda parlamentar.

## **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade**

**4.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição dos itens, deverão ser observados os seguintes requisitos, em consonância com boas práticas de contratações públicas

sustentáveis:

**4.1.1.1.** Cumprimento das normas técnicas, de saúde, higiene e segurança do trabalho, conforme regulamentação vigente e normas aplicáveis aos produtos fornecidos;

**4.1.1.2.** Não possuir inscrição no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, observada a legislação federal pertinente;

**4.1.1.3.** Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por práticas relacionadas à exploração de trabalho infantil, trabalho análogo ao de escravo ou discriminação de raça ou gênero, em afronta à Constituição Federal e à legislação correlata;

**4.1.1.4.** Sempre que aplicável, os equipamentos deverão possuir eficiência energética compatível com os padrões de mercado e atender às normas ambientais vigentes.

## **4.2. Da Descrição dos Requisitos da Contratação**

### **4.2.1. Do Prazo de Assinatura do Contrato**

**4.2.1.1.** O contrato deverá ser assinado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária.

**4.2.1.2.** O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada e aceita pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **4.3. Dos Requisitos Específicos**

### **4.3.1. Características Gerais dos Bens:**

**4.3.1.1.** Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de desgaste, recondicionamento ou uso anterior, acompanhados de manuais e documentação técnica do fabricante.

**4.3.1.2.** Os itens que exigirem certificação obrigatória deverão apresentar registro ou certificação válida junto aos órgãos competentes, tais como INMETRO, ANVISA ou outros aplicáveis à natureza do produto.

**4.3.1.3.** Os equipamentos destinados ao atendimento pré-hospitalar deverão ser compatíveis com a rotina operacional do SAMU 192 e atender às normas técnicas vigentes aplicáveis à área da saúde e segurança.

**4.3.1.4.** Os simuladores e dispositivos de treinamento deverão permitir uso contínuo, reposição de componentes quando aplicável e compatibilidade com protocolos atualizados de suporte básico e avançado de vida.

**4.3.1.5.** Os materiais têxteis (bolsas e mochilas) deverão possuir resistência mecânica adequada, costuras reforçadas e acabamento compatível com uso intensivo em ambiente externo e ambulâncias.

**4.3.1.6.** Equipamentos de proteção individual ou segurança deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido quando exigido pela legislação.

### **4.3.2. Da Entrega**

**4.3.2.1.** A contratada deverá realizar a entrega integral dos bens no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

**4.3.2.2.** Os bens deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra danos no transporte e acompanhados de nota fiscal, manuais e termos de garantia.

**4.3.2.3.** O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, ficando o recebimento definitivo condicionado à verificação da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

**4.3.2.4.** Caso sejam identificadas desconformidades, o fornecedor deverá realizar a substituição do material, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sem ônus adicional à Administração.

#### **4.4. Da Garantia do Objeto**

**4.4.1.** Aplica-se aos itens o disposto na legislação pertinente e nas normas de responsabilidade do fornecedor quanto à qualidade e adequação do produto fornecido.

**4.4.2.** O prazo mínimo de garantia será de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo dos bens.

**4.4.3.** Durante o período de garantia, a contratada deverá reparar ou substituir, às suas expensas, qualquer item que apresente defeito de fabricação ou falha de funcionamento.

**4.4.4.** O atendimento inicial para diagnóstico deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, ou em prazo inferior quando se tratar de item essencial ao funcionamento imediato do serviço, conforme avaliação da fiscalização.

**4.4.5.** Todas as despesas decorrentes de transporte, substituição de peças ou deslocamento de assistência técnica durante o período de garantia serão de responsabilidade da contratada.

**4.4.6.** A substituição de componentes defeituosos não interrompe nem reduz o prazo original de garantia, reiniciando-se o prazo para o item substituído.

#### **4.5. Das Normas Técnicas**

**4.5.1.** Os equipamentos deverão observar as normas técnicas brasileiras aplicáveis à sua categoria, bem como regulamentações específicas da área da saúde e segurança.

**4.5.2.** Quando aplicável, a contratada deverá apresentar documentação comprobatória de conformidade técnica, incluindo certificados, manuais e registros pertinentes.

#### **4.6. Vistoria Técnica**

**4.6.1.** Não será exigida vistoria prévia obrigatória, considerando que a contratação se refere ao fornecimento de bens padronizados e com especificações objetivamente definidas.

**4.6.2.** Eventuais esclarecimentos técnicos poderão ser solicitados durante a fase de planejamento ou execução contratual, quando necessário.

### **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A contratada deverá fornecer e entregar os equipamentos atendendo integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que os bens estejam em perfeito estado de conservação, funcionamento e conformidade com as especificações técnicas exigidas.

#### **5.2. Do local, horário e prazo de entrega**

**5.2.1. Local de Entrega:** Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central da SEMUSA, localizado na Rua Teresina, nº 497, bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO, CEP 76.908-326.

**5.2.2. Horário de Funcionamento:** As entregas deverão ocorrer de **segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30 (horário local)**, exceto feriados e pontos facultativos.

#### **5.2.3. Do prazo de execução e entrega:**

**5.2.3.1.** O início da execução contratual se dará após a assinatura do contrato ou recebimento da Nota de Empenho, vedada qualquer forma de subordinação entre os empregados da contratada e a Administração.

**5.2.3.2.** O fornecedor deverá entregar os bens no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor vencedor.



### **5.3. Das condições de recebimento**

**5.3.1.** O recebimento dos bens descritos neste Termo de Referência ocorrerá da seguinte forma:

**5.3.1.1.** Provisoriamente: no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens com as especificações constantes neste Termo de Referência, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis.

**5.3.1.2.** Definitivamente: no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação quantitativa e qualitativa dos bens, bem como da documentação técnica exigida, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

**5.3.1.3.** Caso sejam identificadas desconformidades, a contratada será notificada para promover a substituição ou correção do material, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, ficando suspensa a contagem do prazo para recebimento definitivo até a regularização.

**5.3.1.4.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos ou defeitos de fabricação, nos termos da legislação aplicável.

**5.3.1.5.** A recusa injustificada da contratada em efetuar a entrega no prazo estipulado caracteriza descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

### **5.4. Da verificação técnica**

**5.4.1.** A contratada deverá entregar os bens acompanhados de manuais de instrução em língua portuguesa, certificados de garantia e demais documentos técnicos exigidos para cada item.

**5.4.2.** Para os equipamentos que exijam certificação obrigatória, deverá ser apresentada documentação comprobatória válida no ato da entrega.

**5.4.3.** No caso de simuladores e equipamentos eletrônicos, poderá ser exigida demonstração básica de funcionamento para fins de aceite definitivo.

### **5.5. Critérios mínimos de aceitação**

**5.5.1.** Conformidade integral com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

**5.5.2.** Ausência de avarias, danos ou defeitos aparentes.

**5.5.3.** Apresentação de documentação técnica e termo de garantia.

**5.5.4.** Compatibilidade funcional com a finalidade assistencial ou de treinamento a que se destina.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** Considerando a modalidade de licitação, o contrato será substituído pela nota de empenho de despesa, tendo em vista que a aquisição não resultará em obrigações futuras e/ou de caráter contínuo, nos moldes que dispõe o art. 95, inciso II da Lei 14.133/2021.

**6.1.1.** Após a homologação do procedimento, o licitante vencedor será convocado para assinar o instrumento hábil, no prazo estabelecido no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, conforme dispõe o art. 45 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

### **6.2. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**6.2.1** Os procedimentos de fiscalização atenderão, no que couber, ao disposto na Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024.

"Dispõe sobre as atividades de gestor e fiscal de contratos, da comissão de recebimento de materiais e serviços, e dá outras providências".

**6.2.2.** O fornecimento dos bens será acompanhado e fiscalizado por servidor designado, que verificará a conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

**6.2.3.** Caso os bens entregues não estejam em conformidade com este Termo de Referência, a fiscalização emitirá relatório circunstanciado das falhas ou irregularidades constatadas, notificando a contratada para regularização no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**6.2.4.** Identificada qualquer irregularidade, o fiscal notificará formalmente a contratada, que deverá sanar o vício no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

**6.2.5.** O fiscal comunicará ao gestor da nota de empenho em situações que demandem providências além de sua competência.

**6.2.6.** O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor, acompanhará a regularidade fiscal e trabalhista quando exigível e subsidiará os atos de liquidação e pagamento.

**6.2.7.** A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por eventuais irregularidades, vícios ou defeitos dos bens fornecidos.

**6.2.8.** O gestor coordenará o acompanhamento do fornecimento dos bens, mantendo registros formais das ocorrências, comunicações, eventuais alterações e demais atos pertinentes.

**6.2.9.** O gestor acompanhará os registros realizados pelo fiscal, adotando as providências necessárias quando constatadas irregularidades ou descumprimento contratual.

**6.2.10.** Caberá ao gestor promover a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.11.** O gestor encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, observando os valores atestados pela fiscalização.

### **6.3. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

**6.3.1.** Exercer a regulação, o controle e a fiscalização da execução da nota de empenho de despesa.

**6.3.2.** Proporcionar as condições necessárias para recebimento, conferência e registro patrimonial dos bens adquiridos.

**6.3.3.** Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações estabelecidas.

**6.3.4.** Notificar o fornecedor sobre qualquer irregularidade constatada na execução.

**6.3.5.** Efetuar o pagamento à contratada nas condições e prazos estabelecidos, após o atesto do recebimento definitivo pelo servidor competente.

### **6.4. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**6.4.1.** Retirar a autorização de compra no prazo estabelecido no edital de licitação.

**6.4.2.** Fornecer os bens rigorosamente de acordo com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

**6.4.3.** Substituir, às suas expensas, os itens que apresentarem vícios, defeitos ou desconformidades com as especificações técnicas.

**6.4.4.** Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do fornecimento, inclusive tributos, encargos, transporte e demais custos necessários à entrega.

**6.4.5.** Manter, durante a vigência da ordem de compra, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

## 6.5. Da Subcontratação

**6.5.1.** Fica vedada a subcontratação total do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**6.5.2.** A eventual subcontratação parcial, quando tecnicamente justificável e previamente autorizada pela Administração, não exime a contratada da responsabilidade integral pelo fornecimento dos bens.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Da Retenção Tributária

**7.1.1.** O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, com a devida retenção dos tributos federais e municipais na fonte, em observância à **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** (e suas alterações) e demais legislações aplicáveis.

**7.1.2. Do Simples Nacional:** As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a **Declaração de Opção pelo Simples Nacional**, conforme modelo legal, para que sejam aplicadas as alíquotas diferenciadas de retenção ou a dispensa conforme o caso, sob pena de a Administração realizar a retenção de acordo com as regras aplicáveis às empresas não optantes.

### 7.2. Do Recebimento e Liquidação

**7.2.1.** O recebimento definitivo ocorrerá em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante atesto do fiscal do contrato após a verificação da integridade e especificações técnicas dos equipamentos.

**7.2.2.** Após o atesto, a Nota Fiscal será encaminhada para liquidação e pagamento, que ocorrerá em até **30 (trinta) dias**, mediante ordem bancária.

### 7.3. Das Normativas Auxiliares

**7.3.1.** Conforme apontamento da análise técnica, esclarece-se que a presente contratação se dará por **Pregão Eletrônico (Rito Comum)**, não se aplicando os procedimentos auxiliares de Registro de Preços previstos no Decreto Municipal nº 1.385/2024.

**7.4.** Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreções ou divergências quanto à documentação exigida, ficará suspenso o prazo para pagamento até a regularização, não incidindo, nesse período, encargos moratórios.

**7.5.** Constatadas irregularidades na execução contratual, a Administração poderá reter valores até o limite do prejuízo apurado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

**7.6.** Eventual atraso na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou da documentação exigida como condição de pagamento implicará prorrogação automática do prazo de pagamento.

**7.7.** A Administração não efetuará pagamento por meio de cobrança direta por terceiros, salvo determinação judicial devidamente formalizada.

**7.8.** A Administração realizará as retenções tributárias na fonte, quando legalmente exigidas.

**7.9.** Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para o atraso, incidirão encargos moratórios calculados com base na seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (correspondente à taxa anual de 6%).

## **8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio de Pregão, na forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, considerando o parcelamento do objeto e a ausência de interdependência técnica entre os itens, conforme justificativa constante neste Termo de Referência.

### **8.2. Modo de Disputa**

**8.2.1.** Será adotado o modo de disputa aberto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **8.3. Exigências de Habilitação**

**8.3.1.** Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **8.4. Habilitação Jurídica**

**8.4.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**8.4.2.** Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade será verificada no sítio eletrônico oficial.

**8.4.3.** Sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**8.4.4.** Sociedade empresária estrangeira: autorização de funcionamento no País, com registro na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial ou estabelecimento.

**8.4.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.4.6.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, devidamente registrados, além do registro previsto na legislação específica.

### **8.5. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**8.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

**8.5.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, inclusive quanto às contribuições previdenciárias.

**8.5.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**8.5.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

**8.5.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, compatível com o objeto contratual.

**8.5.6.** Prova de regularidade com a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

## **8.6. Qualificação Econômico-Financeira**

### **8.6.1. Será exigida qualificação econômico-financeira, mediante:**

- I. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- II. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível na forma da lei;
- III. Comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);
- IV. Caso qualquer dos índices seja inferior a 1 (um), poderá ser exigido patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação, observado o princípio da proporcionalidade e desde que devidamente justificado no edital.
- V. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil atestando o atendimento aos índices exigidos.

## **8.7. Qualificação Técnica**

### **8.7.1. Será exigida qualificação técnica compatível com o objeto da contratação, mediante:**

**8.7.1.1.** Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de bens de natureza compatível com os itens licitados.

**8.7.1.2.** Para itens que exijam certificação específica (ex.: equipamentos de segurança ou dispositivos médicos), comprovação de atendimento às normas técnicas aplicáveis.

**8.7.1.3.** Quando aplicável, apresentação de registro ou autorização emitida por órgão competente para comercialização do produto.

**8.7.2.** Não será exigido registro em conselho profissional, salvo quando o item específico assim o exigir por força de norma técnica ou regulamentação própria.

**8.7.3.** Todos os bens deverão ser novos, de primeiro uso, em conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis e manuais dos fabricantes.

## **9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

### **9.1. Das cotações e valores utilizados como fundamento da estimativa de preço**

**9.1.1.** A apuração das cotações e a elaboração da estimativa de preços foram realizadas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal aplicável, utilizando parâmetros de mercado aptos a demonstrar a vantajosidade da contratação.

**9.1.2.** Para a composição da estimativa foram considerados preços obtidos por meio de consultas a sistemas oficiais de referência, contratações similares realizadas por outros entes públicos e cotações junto a fornecedores do ramo, assegurando compatibilidade com os valores praticados no mercado.

**9.1.3.** A consolidação dos valores estimados será referendada pela Controladoria Geral de Preços do Município de Ji-Paraná, mediante elaboração do respectivo mapa comparativo e memória de cálculo.

### **9.2. Das Alterações Contratuais**

**9.2.1.** O contratado deverá aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, observados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

**9.2.2.** Eventuais alterações contratuais deverão ser formalizadas por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente.

### **9.3. Da estimativa do preço**

**9.3.1.** O valor estimado da contratação, apurado nesta fase interna para balizar o processo, é de 97.404,08 (noventa e sete mil quatrocentos e quatro reais e oito centavos). Referido montante foi obtido por meio de mapa e justificativa de preços ([ID 2688853](#)), acostado aos autos.

Item	Especificação do Material	Quant.	Valor Unitário (Médio)	Valor Total Final
01	Maca do tipo prancha de resgate	10	R\$ 420,00	R\$ 4.200,00
02	Aspirador de secreção elétrico móvel*	5	R\$ 3.738,32	R\$ 18.691,60
03	Mochila de resgate	10	R\$ 385,54	R\$ 3.855,45
04	Manequim adulto simulador (SBV)	4	R\$ 6.351,39	R\$ 25.405,56
05	Manequim pediátrico simulador (SBV)	2	R\$ 7.811,20	R\$ 15.622,40
06	Manequim lactente (Bebê) simulador (SBV)	2	R\$ 6.825,85	R\$ 13.651,70
07	Simulador de cabeça para intubação*	1	R\$ 9.646,98	R\$ 9.646,98
08	Desfibrilador Externo Automático (DEA)	2	R\$ 2.067,70	R\$ 4.135,39
09	Simulador de parto (Modelo anatômico)*	1	R\$ 2.195,00	R\$ 2.195,00
---	---	---	---	---
<b>TOTAL</b>	<b>ESTIMATIVA GERAL DO PROCESSO</b>	<b>37</b>	---	<b>R\$ 97.404,08</b>

**9.3.2.** Esclarece-se que tal valor possui caráter preliminar e **ainda será submetido à Controladoria Geral de Preços (CGP)** para a devida análise e consolidação formal.

#### 9.4. Dos Requisitos da Proposta de Preços

**9.4.1.** A proposta deverá conter descrição detalhada dos itens ofertados, com indicação de marca, modelo e especificações técnicas compatíveis com as exigências deste Termo de Referência.

**9.4.2.** Os licitantes deverão apresentar, junto de suas propostas, catálogos técnicos, prospecto ou ficha técnica do modelo ofertado. A exigência vale para os itens 01 (maca de resgate); 02 (aspirador de secreção elétrico móvel); 03, 04, 05, 06, 07 (mochilas de resgate); 08, 09, 10 (manequins simuladores de RCP); 11 (simulador de cabeça); 12 (desfibrilador externo); e 13 (simulador de parto), a fim de possibilitar a verificação da conformidade com as especificações mínimas exigidas.

**9.4.3.** A proposta deverá estar datada, identificada pelo representante legal da licitante e conter os preços unitários e totais em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais.

**9.4.4.** O valor global da proposta deverá corresponder à soma dos valores unitários dos itens ofertados.

**9.4.5.** A proposta deverá indicar dados bancários para fins de pagamento.

**9.4.6.** O licitante deverá apresentar proposta para a integralidade do quantitativo do item ao qual concorrer, não sendo admitida oferta parcial do quantitativo previsto para cada item.

**9.4.7.** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

**9.4.8.** Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender às exigências técnicas e formais estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

#### 10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**10.1.** A despesa decorrente desta contratação correrá por conta de recursos de **Emenda Parlamentar (Deputado Nim Barroso)**, conforme aprovado no Plano de Trabalho e detalhado no **Despacho Integrado nº 013/GERCONV-CE/SEMPPLAN/PMJP/2026**.

**10.2.** Os recursos estão estruturados da seguinte forma, respeitando o teto de desembolso do recurso repassado:

- **Recurso de Repasse (Emenda):** R\$ 100.000,00.



**10.3.** A estimativa atual para a aquisição é de **R\$ 97.404,08**. No entanto, para a cobertura total da despesa garantindo o suporte orçamentário caso o valor final da licitação sofra variações ou atinja o limite do plano de trabalho será utilizada a seguinte dotação:

- **Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Saúde (FMS) / SEMUSA.
- **Ficha Orçamentária:** nº 1709.
- **Elemento de Despesa:** 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente.

**10.4.** Fica assegurado que, caso o valor final da contratação ultrapasse a estimativa atual de R\$ 97.404,08, a **SEMUSA** dispõe de disponibilidade orçamentária na ficha supracitada para suportar a diferença, respeitando sempre o limite do Valor Global Aprovado de R\$ 104.938,00.

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS					
10				Fundo Municipal de Saúde	
02				PODER EXECUTIVO	
02 07				FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
020704				BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
10				Saúde	
10 302				Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
10 302 0003				SAÚDE CUIDADO ESPECIAL	
10 302 0003 2100 0000				Manutenção dos Serviços de Atenção Especializada	
1719OR			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00
0.2.621 3210 010.198				Proposta nº 07024/2025-07 - Nilm Barroso	0,00
					n nn

**11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o interessado ou contratado que, com dolo ou culpa:**

- 11.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento complementar solicitado pela comissão de contratação para esclarecimentos técnicos relativos aos itens licitados;
- 11.1.2.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 11.1.3.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo licitatório;
- 11.1.5.** Fraudar o processo licitatório ou a execução do contrato;
- 11.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 11.1.8.** Praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

**11.2.** Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao responsável as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

### **11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:**

- a) A natureza e a gravidade da infração;
- b) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- c) Os danos que dela provierem para a Administração;
- d) A repercussão da conduta na continuidade do serviço público de saúde, especialmente quanto ao funcionamento do SAMU 192.

**11.4.** A multa poderá ser aplicada em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, a depender da gravidade da infração, a ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da comunicação oficial.

**11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, a multa poderá variar de 0,5% a 15% do valor do contrato.

**11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, a multa poderá variar de 15% a 30% do valor do contrato.

**11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.

**11.6.** Na aplicação da sanção de multa será assegurado o direito de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação.

**11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada pelo prazo máximo de 3 (três) anos, enquanto a declaração de inidoneidade observará os ritos e prazos previstos nos arts. 156 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

**11.8.** A recusa injustificada em assinar o contrato ou em entregar os bens nos prazos estabelecidos caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o infrator às penalidades previstas neste Termo de Referência.

**11.9.** A apuração de responsabilidade será conduzida por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

**11.10.** Dos atos de aplicação de sanção caberá recurso ou pedido de reconsideração, conforme a natureza da penalidade, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

**11.11.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração ou à continuidade do serviço público.

## **12. DOS RECURSOS**

**12.1.** Dos atos praticados no curso do procedimento licitatório caberá recurso, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devendo o licitante manifestar, de forma imediata e motivada, sua intenção de recorrer durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, sob pena de preclusão.

**12.2.** Manifestada a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões no mesmo prazo, contado do término do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.3.** O recurso limitar-se-á às questões de habilitação e julgamento das propostas, considerando exclusivamente a documentação apresentada no certame, não sendo admitida a juntada de documento novo destinado a suprir omissão da licitante.

**12.4.** O recurso deverá ser apresentado exclusivamente por meio do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame, observadas as regras estabelecidas no edital.

**12.5.** Não serão conhecidos recursos interpostos fora do prazo legal, sem manifestação prévia de intenção durante a sessão pública ou apresentados por meio diverso do sistema eletrônico oficial.

**12.6.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **13. DA HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** Encerradas as fases de julgamento das propostas, habilitação e eventuais recursos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** A homologação constitui ato formal de controle da legalidade e regularidade do procedimento, podendo a autoridade competente:

- a) Homologar o resultado do certame;
- b) Revogar a licitação por razões de interesse público devidamente justificadas;
- c) Anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação.

**13.3.** Após a homologação, será convocado o adjudicatário para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

### **14. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**14.1.** Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado que serviu de base para a licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações que venham a ser executadas após a ocorrência da anualidade.

**14.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

**14.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, o contratante poderá utilizar a última variação oficialmente divulgada, procedendo-se à compensação da diferença quando da publicação do índice definitivo.

**14.5.** Nas aferições finais para liquidação do contrato, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo.

**14.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação vigente.

**14.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão pactuar, por mútuo acordo, novo índice oficial, mediante formalização por termo aditivo.

**14.8.** O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo, salvo na hipótese prevista no item anterior.

**14.9.** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitada a qualquer tempo, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fato superveniente imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que torne excessivamente onerosa a execução do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

**14.10.** A solicitação de reequilíbrio deverá ser instruída com documentação comprobatória idônea, planilha de custos demonstrativa da variação extraordinária e memória de cálculo detalhada, sujeitando-se à análise técnica e jurídica da Administração.

## 15. DOS CASOS OMISSOS

**15.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas neste Termo de Referência serão dirimidos pelo CONTRATANTE, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as normas e regulamentos federais, estaduais e municipais aplicáveis à matéria.

**15.2.** Quando necessário, para a solução de dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução contratual, serão observados os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado, aplicáveis supletivamente à Administração Pública, sempre em consonância com o interesse público e com a finalidade institucional da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente quanto à continuidade e eficiência do serviço prestado pelo SAMU 192.

**15.3.** Eventuais retificações neste Termo de Referência, por iniciativa da Administração ou em decorrência de impugnações ou pedidos de esclarecimento, deverão ser divulgadas nos mesmos meios de publicidade do instrumento convocatório, reabrindo-se o prazo para apresentação de propostas quando a alteração afetar sua formulação, nos termos da legislação vigente.

## 16. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

**16.1.** O Município reserva-se o direito de revogar ou anular o presente processo licitatório, no todo ou em parte, por motivo de interesse público devidamente justificado ou por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-lo ou prorrogar o prazo para recebimento e abertura das propostas, não cabendo, nessas hipóteses, qualquer direito à indenização.

**16.2.** A participação no presente processo licitatório implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos documentos que o integram, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares vigentes.

**16.3.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação deste Termo de Referência, deverão ser solicitadas ao Município de Ji-Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA, setor competente, pelo e-mail: semusajipa@gmail.com ou pelo telefone (69) 3416-4052.

**16.4.** O presente Termo de Referência tem por finalidade assegurar a eficiência, economicidade e adequada execução contratual, garantindo que as Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 disponham de materiais e equipamentos permanentes adequados para o atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência, em benefício da população do Município de Ji-Paraná.

**16.5.** As contratações decorrentes deste Termo de Referência serão regidas integralmente pela **Lei Federal nº 14.133/2021** e pelo **Decreto Municipal nº 1.384/2024**, que regulamenta o rito do Pregão Eletrônico no âmbito do Município de Ji-Paraná.

**16.5.2.** Em estrita observância à recomendação da análise técnica da SUPECOL, esclarece-se que **não se aplica** a esta contratação o Decreto Municipal nº 1.385/2024, visto que o objeto será adquirido integralmente via **Pregão Eletrônico de Rito Comum**, sem a utilização do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP), em total consonância com o estabelecido no item 8.1 deste instrumento.

**16.5.3.** Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos à luz da legislação federal vigente e das normas administrativas complementares, priorizando sempre o interesse público e a continuidade dos serviços essenciais do SAMU 192.

## 17. DAS ALOCAÇÕES DE RISCOS

**17.1.** Nos termos do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, os riscos ordinários inerentes à execução contratual serão suportados pela contratada, cabendo à Administração os riscos extraordinários, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos da legislação vigente.

**17.2. Matriz de Riscos da Aquisição:**

Risco	Causa Provável	Prob.	Impacto	Responsável	Medidas Preventivas	Plano de Resposta / Contingência
Atraso na entrega dos equipamentos	Problemas logísticos, indisponibilidade de estoque	M	A	Contratada	Planejamento logístico prévio; confirmação de estoque	Aplicação de multa contratual e reprogramação da entrega
Entrega de equipamento em desacordo com especificações	Falha de conferência técnica ou erro de fabricação	M	A	Contratada	Conferência prévia e envio de catálogo técnico	Recusa do recebimento e substituição imediata
Defeito de fabricação	Problema técnico de produção	B/M	M/A	Contratada	Garantia contratual mínima de 12 meses	Acionamento da garantia e substituição sem ônus
Descontinuidade do modelo ofertado	Alteração de linha de produção	B	M	Contratada	Comprovação de disponibilidade no ato da proposta	Substituição por modelo equivalente ou superior

**Legenda: B = Baixa, M = Média A = Alta.**

**17.3.** A matriz de riscos tem caráter orientativo, não afastando a responsabilidade da contratada pelos riscos ordinários da execução contratual, nem impedindo a aplicação das sanções cabíveis em caso de inadimplemento.

**18. DA APROVAÇÃO**

**18.1. O ORDENADOR DE DESPESAS, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando que a elaboração do presente Termo de Referência foi realizada por equipe técnica habilitada e devidamente apoiada pelo setor competente do órgão, resolve APROVAR o presente Termo de Referência, objetivando a realização de Pregão Eletrônico para a aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados às Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192, sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, visando garantir a adequada prestação dos serviços de atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência.





**18.2. Assinaturas**

Ji-Paraná, data da Assinatura Eletrônica.

Aprovado por:

**CRISTIANO RAMOS PEREIRA**

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>DIOGO DE SOUZA OLIVEIRA, GERENTE DEPARTAMENTO MEDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE</b> , em 23/06/2026 às 10:20, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do <a href="#">Decreto nº 435 de 27/02/2023</a> .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>NATALIA DAVILA TONIN, ASSESSOR (A) NÍVEL I - SEMUSA</b> , em 23/06/2026 às 10:20, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do <a href="#">Decreto nº 435 de 27/02/2023</a> .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE</b> , em 23/06/2026 às 10:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do <a href="#">Decreto nº 435 de 27/02/2023</a> .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>RODRIGO RODRIGUES DA SILVA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAU</b> , em 23/06/2026 às 11:46, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do <a href="#">Decreto nº 435 de 27/02/2023</a> .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2788671** e o código verificador **084D4ECB**.

Referência: [Processo nº 1-4456/2025](#).

Docto ID: 2788671 v1





**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PROCESSO 4456/2025**

<b>ÓRGÃO:</b>	Secretaria Municipal de Saúde
<b>UNIDADE:</b>	Central de Regulação de Urgência - CRU/SAMU - 192.
<b>OBJETO:</b>	Despesa para aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinado a suprir as necessidades das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) coordenado pela Central de Regulação de Urgência (CRU), sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA).

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Este estudo tem como objetivo analisar a viabilidade técnica e econômica para aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinado a suprir as necessidades das Unidades Móveis de Saúde do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) coordenado pela Central de Regulação de Urgência (CRU), sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA).

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (PROBLEMA A SER RESOLVIDO)**

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Ji-Paraná, inaugurado em 28 de junho de 2024, é responsável por prestar assistência imediata às urgências e emergências clínicas, traumáticas, obstétricas e psiquiátricas da população, atuando com uma estrutura composta por Unidades de Suporte Básico (USB), Unidades de Suporte Avançado (USA), Veículo de Intervenção Rápida (VIR) e Central de Regulação das Urgências (CRU). Apesar de sua importância estratégica no contexto da Rede de Atenção às Urgências (RUE), o serviço ainda se encontra em fase inicial de estruturação, enfrentando importantes desafios relacionados à **falta de materiais permanentes** e equipamentos essenciais ao desempenho pleno e qualificado de suas atividades.

A ausência ou insuficiência desses bens impacta diretamente a operacionalização dos atendimentos, colocando em risco a eficiência da resposta em campo, a organização da Central de Regulação e a manutenção das ações de capacitação das equipes. É fundamental destacar que o **atendimento pré-hospitalar móvel** é, na maioria das vezes, o primeiro contato do paciente com o sistema de saúde em situações críticas, sendo imprescindível que as equipes estejam devidamente equipadas para aplicar intervenções imediatas, seguras e eficazes. A indisponibilidade de materiais compromete a execução de procedimentos de suporte básico e avançado de vida, podendo acarretar agravamento do quadro clínico, sequelas irreversíveis ou, em casos extremos, óbito.

Além do impacto direto na assistência, a carência de equipamentos adequados dificulta o funcionamento da **Central de Regulação**, responsável por organizar os fluxos, classificar a gravidade dos casos e garantir o encaminhamento adequado das ocorrências às unidades de saúde. A estrutura da central exige a presença de mobiliário funcional, equipamentos de informática, rádios comunicadores, monitores e materiais de suporte que viabilizem um ambiente operacional eficiente, alinhado às exigências normativas e à complexidade das funções exercidas pelos profissionais reguladores e operadores de frota. Outro ponto crítico refere-se à **Educação Permanente em Saúde**, que é um eixo essencial da Política Nacional de Educação Permanente do SUS. O SAMU 192, por meio do seu Núcleo de Educação Permanente (NEP), tem a responsabilidade de promover ações contínuas de capacitação, atualização e treinamento das equipes multiprofissionais. Essas ações visam o aprimoramento técnico e a padronização dos atendimentos de urgência e emergência, refletindo diretamente na segurança do paciente e na valorização dos profissionais.

Contudo, para que essas capacitações possam ocorrer de forma sistemática e eficaz, é necessário dispor de **equipamentos e materiais permanentes específicos**, como simuladores de procedimentos, manequins anatômicos, equipamentos audiovisuais, mobiliário para salas de treinamento e outros insumos de apoio. A inexistência desses recursos limita a capacidade pedagógica do NEP, inviabilizando treinamentos práticos, simulações realísticas e ações de educação continuada conforme preconizado pelas diretrizes ministeriais. A ausência desses materiais compromete não apenas a qualidade do atendimento prestado, mas também a segurança do ambiente de trabalho dos profissionais da saúde, que lidam com situações de alto risco e elevada exigência técnica.

A metodologia de cálculo da necessidade de aquisição foi pautada na **Portaria nº 1.010/2012 do Ministério da Saúde**, que estabelece os parâmetros técnicos mínimos para a implantação e funcionamento do SAMU 192, considerando o número de viaturas operacionais, a estimativa populacional da área de cobertura e o volume de atendimentos realizados desde a inauguração do serviço. A demanda atual excede a capacidade estrutural disponível, sendo imprescindível a aquisição dos itens para garantir a conformidade com os protocolos nacionais e a segurança da assistência.

Cabe ressaltar que a prestação de serviços pelo SAMU exige o uso contínuo de materiais e equipamentos que, devido à natureza operacional do serviço, estão sujeitos ao desgaste, à obsolescência tecnológica e à reposição periódica. A não reposição e a ausência de estrutura adequada comprometem significativamente a continuidade e a qualidade do atendimento, além de gerar reflexos negativos para a credibilidade do sistema público de saúde. A presente contratação visa resolver de forma estruturada e definitiva esse conjunto de limitações, garantindo a aquisição de materiais permanentes para:

- As viaturas do SAMU (USB, USA e VIR), permitindo que todas operem com seus kits completos de APH, conforme os protocolos do Ministério da Saúde;
- A Central de Regulação das Urgências, que necessita de mobiliário, equipamentos de comunicação e informática para funcionar de maneira integrada e resolutiva;
- O Núcleo de Educação Permanente, com equipamentos voltados à formação e capacitação técnica contínua dos profissionais; A estrutura física da base do SAMU, incluindo mobiliário e equipamentos necessários para o conforto, a organização e o desempenho das atividades administrativas e operacionais.

Portanto, diante da relevância e da essencialidade do serviço prestado pelo SAMU 192, torna-se urgente e plenamente justificada a contratação ora apresentada, de modo a assegurar a continuidade do serviço público com qualidade, eficiência e segurança. Trata-se de uma medida de interesse público, orientada pelos princípios da legalidade, eficiência e efetividade da administração pública, que visa a garantir o direito constitucional à saúde, à vida e à dignidade da população.

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DO SAMU 2024 (JUNHO-DEZEMBRO)	
DESCRIÇÃO	QTD
Atendimento Móvel Unidade de Suporte Básico	1.957
Atendimento Móvel Unidade de Suporte Avançado	1.053
Procedimentos Realizados	2.657
RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DO SAMU 2025 (JANEIRO-DEZEMBRO)	
DESCRIÇÃO	QTD
Atendimento Móvel Unidade de Suporte Básico	4.565
Atendimento Móvel Unidade de Suporte Avançado	1.745
Procedimentos Realizados	6.312
Total de Atendimento 2024 - 2025: 9.320 Atendimentos	
Total de Procedimentos 2025 - 2025: 9.269 Procedimentos	
QUANTIDADE DE VIATURAS DO SAMU	

Descrição do Veículo	QTD / UNIDADE
Unidade de Suporte Básico - USB	02
Unidade de Suporte Avançado - USA	01
Veículo de Intervenção Rápida	01

**Total: 04 Veículos**

### 3. ÁREA REQUISITANTE

Central de Regulação de Urgência - CRU / Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU - 192, através do Departamento de Média e Alta Complexidade - DMAC para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Como requisito para a contratação, os itens licitados deverão atender às legislações e às normas técnicas aplicáveis, observando requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança, sem exceder ao necessário para atender à necessidade que originou a contratação, em observância ao princípio da economicidade, nos moldes que dispõe o art. 5º da Lei 14.133/2021.

Poderão participar desta licitação todas as empresas ou sociedades regularmente estabelecidas no País inclusive consórcios de empresas desde que atendam às disposições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação, e satisfaçam todas as exigências, especificações, padrões de qualidade e normas previstas nos documentos deste processo licitatório e na legislação aplicável.

Devem as licitantes, ainda:

- Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e demais normas ambientais vigente

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalho em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

- Não ter sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação irregular de adolescentes nos cinco anos anteriores à divulgação do edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A contratação pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formalizado, e tais requisitos constarão também do Termo de Referência e do edital. Qualificação e Experiência Técnica

Para fins de qualificação técnica, visando assegurar a contratação de empresa com experiência suficiente e desempenho adequado na execução do objeto, deverão ser apresentados comprovantes de aptidão para execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, mediante atestados emitidos por entidade pública ou privada, conforme art. 67 e incisos da Lei nº 14.133/2021.

#### **Padrões de Qualidade, Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

A especificação do objeto deverá observar padrões de qualidade adequados, não ultrapassando o necessário para atendimento da necessidade que motivou a contratação, vedada a exigência de características supérfluas que restrinjam a competição.

#### **1. Garantia do Objeto**

- a) Garantia mínima de qualidade e desempenho dos materiais fornecidos;
- b) Certificações e conformidades às normas técnicas aplicáveis (incluindo ABNT, INMETRO, ANVISA ou equivalentes);
- c) A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação e desempenho, pelo prazo mínimo indicado no Termo de Referência, sem ônus adicional à Administração.

## 2. Manutenção e Assistência Técnica

- a) Durante o período de garantia, a contratada deverá reparar ou substituir, às suas expensas, qualquer item que apresente defeito de fabricação ou falha de funcionamento;
- b) O atendimento inicial para diagnóstico deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, ou em prazo inferior quando se tratar de item essencial ao funcionamento imediato do serviço, conforme avaliação da fiscalização;
- c) Poderá ser exigido deslocamento de técnico ao local da Administração ou a existência de unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração, quando justificado tecnicamente.

3. Além dos requisitos mínimos indicados, **será exigido** dos licitantes que apresentem, junto das suas propostas, **catálogo técnico, prospecto ou ficha técnica do modelo ofertado**, contendo a **descrição detalhada, imagens ilustrativas e especificações do equipamento**. A medida justifica-se pela necessidade da análise da compatibilidade do item ofertado e os requisitos estabelecidos neste estudo.

A apresentação do referido material é condição essencial para subsidiar a aprovação técnica do produto, assegurando a aquisição de equipamento compatível com as necessidade do serviço prestado no âmbito do SAMU.

## 4. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação total do objeto. Quanto a possibilidade de subcontratação parcial, esta deverá ser autorizada previamente pela administração, desde que tecnicamente justificável, ficando a contratada integralmente responsável pela qualidade, prazos, garantias e obrigações contratuais decorrentes da relação.

## 5. Disponibilização do Objeto Prazos e Locais de Entrega

As condições de disponibilização do objeto, inclusive prazos, locais de entrega dos bens ou de prestação dos serviços, ocorrerão da seguinte forma:

- a) Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;
- b) Endereço de entrega: os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central da SEMUSA, no endereço **Rua Teresina, nº 497, bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO, CEP nº 76.908-326**;
- c) Regras para recebimento provisório e definitivo:
  - I - Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra danos no transporte e acompanhados de nota fiscal, manuais e termos de garantia;
  - II - O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega. O recebimento definitivo fica condicionado à verificação da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
  - III - Se identificadas desconformidades, a contratada deverá proceder à substituição do item no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.

As entregas deverão observar rigorosamente os prazos acordados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES)

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada, eficaz e economicamente viável para a aquisição de materiais permanentes destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), à Central de Regulação das Urgências (CRU) e ao Núcleo de Educação Permanente (NEP), foi realizado um levantamento prévio de mercado, conforme previsto na legislação vigente. Esse levantamento teve por finalidade analisar as alternativas

tecnológicas e operacionais disponíveis, os preços praticados, os fornecedores existentes e a viabilidade logística da contratação.

Foram consideradas, para fins de prospecção, três alternativas principais de solução:

### **1. Locação de Equipamentos e Mobiliários**

#### *Análise:*

A locação de equipamentos e mobiliários, embora possa representar uma solução de curto prazo para demandas emergenciais, mostra-se tecnicamente e economicamente desvantajosa para o escopo proposto. A natureza contínua e diária da utilização dos materiais no contexto do atendimento pré-hospitalar e da regulação das urgências demanda bens com vida útil duradoura, cujo uso intensivo torna o modelo de locação oneroso ao longo do tempo.

Além disso, muitos dos materiais permanentes necessários, como simuladores médicos, mobiliário técnico e equipamentos de uso específico (ex.: monitores multiparâmetros, oxímetros, desfibriladores, manequins anatômicos de treinamento, etc.), são raramente disponibilizados para locação no mercado nacional, o que compromete a viabilidade da alternativa. Ademais, a dependência contínua de contratos de aluguel limita a autonomia do serviço, dificulta a padronização dos materiais e acarreta riscos de interrupção por inadimplemento ou descontinuidade contratual.

### **2. Compartilhamento ou Aproveitamento de Equipamentos de Outras Unidades de Saúde**

#### *Análise:*

Esta alternativa foi descartada por razões operacionais e sanitárias. O SAMU 192 requer equipamentos e mobiliário dedicados, com especificidades técnicas distintas das unidades ambulatoriais ou hospitalares. A rotatividade operacional, os níveis de exposição dos materiais e a padronização exigida pelos protocolos de APH inviabilizam o reaproveitamento de materiais de outras unidades, sem comprometer a segurança dos atendimentos ou provocar descontinuidade no serviço.

O compartilhamento de equipamentos entre unidades, além de tecnicamente inadequado, compromete a rastreabilidade, a manutenção preventiva e a responsabilidade patrimonial sobre os bens. No caso do NEP, por exemplo, o uso de manequins, simuladores e materiais de apoio exige exclusividade e conservação específica, sendo incompatível com o uso itinerante ou eventual.

### **3. Aquisição Direta de Materiais Permanentes com Base em Especificações Técnicas Padronizadas**

#### *Análise:*

A aquisição direta, com base em especificações técnicas padronizadas e compatíveis com a legislação vigente, foi identificada como a **alternativa mais adequada, segura e economicamente viável**. Essa alternativa permite a padronização dos itens conforme os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, garante controle patrimonial dos bens,

viabiliza ações de manutenção preventiva e corretiva, assegura autonomia ao serviço e proporciona economia a médio e longo prazo.

Durante o levantamento, foram consultadas bases de dados públicas como o

**Painel de Preços do Governo Federal** (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>), **ComprasNet**. As consultas permitiram identificar ampla disponibilidade de mercado para os materiais pretendidos, com variações aceitáveis de preço, características técnicas compatíveis com a realidade operacional do SAMU, garantia de assistência técnica nacional e conformidade com as normas da Anvisa, Inmetro e Conselho Federal de Medicina.

Essa alternativa também permite a aquisição em conformidade com critérios de sustentabilidade, conforme a Instrução Normativa SEGES nº 10/2012, e possibilita a exigência de certificações técnicas e garantias estendidas, agregando valor à contratação.

### **Conclusão da Análise de Alternativas:**

Dentre as soluções analisadas, a **aquisição direta de materiais permanentes** apresenta-se como a única alternativa capaz de atender integralmente às necessidades técnicas, operacionais, regulatórias e pedagógicas do SAMU 192. Trata-se da opção mais eficaz para garantir a continuidade e a qualidade do serviço prestado à população, com melhor custo-benefício, maior durabilidade dos bens e maior previsibilidade orçamentária.

A proposta a ser formalizada por meio de processo licitatório permitirá atender às demandas estruturais do serviço, garantir conformidade com os marcos legais e fortalecer a assistência pré-hospitalar e a qualificação das equipes de saúde no município de Ji-Paraná.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO**

A solução proposta consiste na aquisição de materiais permanentes, com especificações técnicas compatíveis às necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do município de Ji-Paraná, contemplando três eixos estruturais essenciais para o pleno funcionamento do serviço: as viaturas operacionais (USB, USA e VIR), a Central de Regulação das Urgências (CRU) e o Núcleo de Educação Permanente (NEP).

Essa solução visa dotar as equipes de conhecimento e capacitação em atendimento pré-hospitalar de todos conforme as técnicas necessárias à execução de suporte básico e avançado de vida, de acordo com os protocolos assistenciais estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Para o NEP, a solução prevê a aquisição de equipamentos educacionais, simuladores, manequins e recursos de apoio que permitam a implementação contínua de treinamentos e ações de capacitação técnica.

### **Justificativa Técnica:**

A escolha da aquisição de bens permanentes justifica-se pela natureza continuada, duradoura e estruturante da demanda, sendo os itens especificados indispensáveis à manutenção da capacidade operativa do serviço. Por se tratar de equipamentos de uso constante, técnico e padronizado, a solução atende aos critérios de eficiência, segurança, durabilidade e aderência normativa.

### **A adoção dessa solução técnica assegura:**

Implementação de uma rotina eficaz de treinamentos, simulados e capacitações por meio do NEP, promovendo a qualificação contínua dos profissionais envolvidos na assistência.

Importante destacar que a substituição por soluções alternativas, como o aluguel de equipamentos ou o compartilhamento com outras unidades, se mostra tecnicamente inviável ou ineficaz, considerando a especificidade e a frequência de uso exigidas pelos serviços de urgência, além da rotatividade de uso nas viaturas e do desgaste operacional dos materiais.



### Justificativa Econômica:

Do ponto de vista econômico, a aquisição de bens permanentes é mais vantajosa em comparação com locações recorrentes ou compras fracionadas, pois garante maior controle patrimonial, reduz custos indiretos com manutenções emergenciais, evita interrupções no serviço por falta de equipamentos e viabiliza o planejamento de reposições e atualizações futuras com base em inventário padronizado.

A aquisição imediata e planejada representa um investimento estruturante, cujo retorno é medido pela continuidade do serviço essencial prestado pelo SAMU 192, pela redução de agravos evitáveis à saúde e pelo fortalecimento da rede pública de urgência. Além disso, trata-se de uma medida de melhor custo-benefício, considerando que os materiais propostos possuem vida útil compatível com o uso institucional e atenderão, de forma sustentável, à demanda nos próximos anos.

Adicionalmente, a padronização dos itens a serem adquiridos permite ganhos de escala na aquisição, favorecendo melhores condições comerciais no processo licitatório e facilitando a gestão logística e administrativa dos materiais, tanto no uso diário quanto no controle de estoque e manutenção preventiva.

A aquisição dos materiais permanentes apresenta-se, portanto, como a solução mais adequada do ponto de vista técnico e econômico, permitindo a consolidação da infraestrutura do SAMU 192 no município de Ji-Paraná e assegurando a continuidade, eficiência e qualidade do atendimento à população. A proposta atende ao interesse público, cumpre os critérios de economicidade e sustentabilidade e encontra respaldo legal e normativo para sua implementação, conforme definido no Termo de Referência anexo.

### 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UN	TOTAL
01	<b>MACA DO TIPO PRANCHA DE RESGATE:</b> de imobilização de coluna utilizada na imobilização e transporte de pacientes acidentados. Possui orifícios ao longo de sua estrutura permitindo a fixação por tirantes, realização de amarras e fixação de imobilizadores de cabeça.	10	R\$ 420,00	R\$ 4.200,00
02	<b>ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELETRICO MOVEL PORTÁTIL</b> de alto vácuo, indicado para sucção de secreções, fluidos corporais e corpos estranhos das vias aéreas superiores, como cavidade nasal, faringe e traqueia, para uso em atendimentos de urgência e emergência. Possui bomba tipo pistão isenta de óleo, funcionamento silencioso, vazão livre mínima de 18 litros por minuto e vácuo regulável de até aproximadamente 620 mmHg, com visor analógico para leitura da pressão. Equipamento leve, com peso aproximado de 3,5 kg, alimentado por bateria recarregável de 12V DC e por rede elétrica bivolt (100/240V AC), com frasco coletor de 800 ml dotado de válvula antitransbordamento, filtro microbiano para prevenção de contaminação cruzada, grau de proteção IP22 e consumo aproximado de 36 W. Acompanha frasco coletor, suporte, filtro, bateria recarregável, tubo de sucção e cabo de alimentação.	05	R\$ 3.738,32	R\$ 18.691,60
03	<b>MOCHILA DE RESGATE DO TIPO ATENDIMENTO APH, NA COR AZUL PADRÃO SAMU:</b> Bolsa para transporte de materiais de atendimento nas ambulâncias confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e espuma pack, na cor azul. Deve possuir as dimensões de 40 cm de comprimento, 34 cm de altura e 33 cm de largura. Externamente nas quatro laterais deve possuir bolsos sendo: 1 bolso frontal e um traseiro com 39 cm de comprimento, 21 cm de altura e	02	R\$ 385,54	R\$ 771,08

	<p>10 cm de largura, bolsos laterais com 21 cm de altura, 18 cm de largura e 9 cm de profundidade, todos com abertura por zíper número 10 ocupando toda a parte superior de cada bolso. Na frente do bolso dianteiro deve haver o símbolo do SAMU (padrão), bordado, sublimado ou sikado, sendo a parte circular com 8 cm de diâmetro e a descrição SAMU 192 medindo 6 cm de altura por 7 cm de largura. Na parte interna deve haver divisórias fixadas por velcro de 2,5 cm de largura formando 4 compartimentos. Abertura da bolsa deve ser com zíper número 10, com 02 cursores que se encontram, deve ser cerca de 05 cm abaixo da extremidade superior, ocupando a parte frontal e as duas laterais. Na parte posterior interna da tampa deve haver um bolso de tela com zíper ocupando toda a largura desta e com 40 cm de comprimento e 32 cm de altura. Deve possuir 02 alças de 4 cm de largura, na cor preta, fita de nylon, fixas, para uso em forma de mala de mão, e alça de ombro removível com fecho de engate rápido de 5 cm de largura, regulável e com apoio de ombro. Todas as costuras devem ser resistentes e possuir acabamento com vivo e pé de plástico para apoio.</p>			
04	<p><b>MOCHILA DE RESGATE DO TIPO ATENDIMENTO APH, NA COR VERMELHA PADRÃO SAMU:</b> Bolsa para transporte de materiais de atendimento nas ambulâncias confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e espuma pack, na cor vermelha. Deve possuir as dimensões de 40 cm de comprimento, 34 cm de altura e 33 cm de largura. Externamente nas quatro laterais deve possuir bolsos sendo: 1 bolso frontal e um traseiro com 39 cm de comprimento, 21 cm de altura e 10 cm de largura, bolsos laterais com 21 cm de altura, 18 cm de largura e 9 cm de profundidade, todos com abertura por zíper número 10 ocupando toda a parte superior de cada bolso. Na frente do bolso dianteiro deve haver o símbolo do SAMU (padrão), bordado, sublimado ou sikado, sendo a parte circular com 8 cm de diâmetro e a descrição SAMU 192 medindo 6 cm de altura por 7 cm de largura. Na parte interna deve haver divisórias fixadas por velcro de 2,5 cm de largura formando 4 compartimentos. Abertura da bolsa deve ser com zíper número 10, com 02 cursores que se encontram, deve ser cerca de 05 cm abaixo da extremidade superior, ocupando a parte frontal e as duas laterais. Na parte posterior interna da tampa deve haver um bolso de tela com zíper ocupando toda a largura desta e com 40 cm de comprimento e 32 cm de altura. Deve possuir 02 alças de 4 cm de largura, na cor preta, fita de nylon, fixas, para uso em forma de mala de mão, e alça de ombro removível com fecho de engate rápido de 5 cm de largura, regulável e com apoio de ombro. Todas as costuras devem ser resistentes e possuir acabamento com vivo e pé de plástico para apoio.</p>	02	R\$ 385,54	R\$ 771,08
05	<p><b>MOCHILA DE RESGATE DO TIPO ATENDIMENTO APH, NA COR LARANJA PADRÃO SAMU:</b> Bolsa para transporte de materiais de atendimento nas ambulâncias confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e espuma pack, na cor laranja. Deve possuir as dimensões de 40 cm de comprimento, 34 cm de altura e 33 cm de largura. Externamente nas quatro laterais deve possuir bolsos sendo: 1 bolso frontal e um traseiro com 39 cm de comprimento, 21 cm de altura e 10 cm de largura, bolsos laterais com 21 cm de altura,</p>	01	R\$ 385,54	R\$ 385,54

	18 cm de largura e 9 cm de profundidade, todos com abertura por zíper número 10 ocupando toda a parte superior de cada bolso. Na frente do bolso dianteiro deve haver o símbolo do SAMU (padrão), bordado, sublimado ou sikado, sendo a parte circular com 8 cm de diâmetro e a descrição SAMU 192 medindo 6 cm de altura por 7 cm de largura. Na parte interna deve haver divisórias fixadas por velcro de 2,5 cm de largura formando 4 compartimentos. Abertura da bolsa deve ser com zíper número 10, com 02 cursores que se encontram, deve ser cerca de 05 cm abaixo da extremidade superior, ocupando a parte frontal e as duas laterais. Na parte posterior interna da tampa deve haver um bolso de tela com zíper ocupando toda a largura desta e com 40 cm de comprimento e 32 cm de altura. Deve possuir 02 alças de 4 cm de largura, na cor preta, fita de nylon, fixas, para uso em forma de mala de mão, e alça de ombro removível com fecho de engate rápido de 5 cm de largura, regulável e com apoio de ombro. Todas as costuras devem ser resistentes e possuir acabamento com vivo e pé de plástico para apoio.			
06	<b>MOCHILA DE RESGATE DO TIPO MEDICAMENTO, NA COR VERMELHA PADRÃO SAMU:</b> Mochila para acondicionamento e transporte de medicamentos de atendimento nas ambulâncias confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e espuma pack, na cor vermelho, padrão SAMU. Deve possuir as dimensões de 40 cm de altura, 30 cm de largura e 20 cm de profundidade. Abertura por zíper número 10 com 2 cursores que ocupa as laterais e a parte superior. Na parte frontal deve haver bordado, sublimado ou sikado o símbolo do SAMU (padrão). Internamente na parte frontal deve haver dois bolsos em lona 600, com fechamento por zíper número 8 sendo este zíper colocado na parte médio frontal. Todos com as dimensões de 30 cm de largura, 16 cm de altura e 6 cm de profundidade. Na parte posterior haverá 3 fileiras de bolso em plástico transparente gramatura 20, nas medidas 12 cm altura por 11 cm largura, cada fileira de bolso deve ser fechada com tampa única de cerca 6 cm lacrada com velcro de 5 cm, na parte interna deve haver 04 abas na forma de fichário confeccionadas em lona 600 e espuma pack, sendo todas compostas, em ambos os lados, por 3 fileiras de 3 bolsos em plástico de gramatura 20 transparente medindo 12 cm de altura e cerca de 11 cm de largura cada. Cada fileira de bolso deve ser fechada com tampa única de cerca de 6 cm, lacrada por velcro de 5 cm de largura. Os bolsos precisam ter folga para acondicionamento de ampolas de medicações. 2 alças de mão 5 cm fixadas por cadarços 4 cm, na parte posterior 2 alças 5 cm largura por 75 cm comprimento, fixadas por reguladores 5 cm largura. Todas as costuras devem ser resistentes, com reforço e pé de plástico para apoio.	04	R\$ 385,54	R\$ 1.542,16
07	<b>MOCHILA DE RESGATE DO TIPO SINAIS VITAIS COM 3 DIVISÓRIAS:</b> Bolsa para acondicionamento e transporte de dispositivos médico hospitalares tais como esfigmomanômetro, oxímetro, termômetro, lanterna pupilar, glicosímetro, lancetas e algodão, para atendimento em âmbito pré-hospitalar confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e divisórias em PVC, na cor vermelha, padrão necessaire. Deve possuir as dimensões de 44 cm de comprimento em sua abertura total (abas e bolso principal) medidas de	01	R\$ 385,54	R\$ 385,54

	bolso principal 17 cm de altura, 10 cm de largura. Abertura principal por lingueta com botão de pressão que une as abas externas ( cada aba com largura de 17 cm de altura) na bolsa principal. Na parte interna a cada aba deve haver bolso em plástico transparente gramatura 20, nas medidas 15 cm altura com zíper. Os bolsos precisam ter folga para acondicionamento de termômetro, estetoscópio, glicosímetro, lancetas e algodão, lanterna pupilar. Na parte externa deve haver bordado, sublimado o símbolo do SAMU (padrão).			
08	<b>MANEQUIM ADULTO DO TIPO SIMULADOR DE RCP ADULTO HABILIDADES CLINICAS E SUPORTE BASICO DE VIDA</b> Manequim torso adulto para RCP com monitoramento de feedback da qualidade reanimação cardiopulmonar projetada para: medir a prática da RCP; avaliar os resultados da prática e proporcionar feedback sobre a qualidade da rcp. Durável, feita de plástico reciclável para reduzir o impacto de c02. Disponível na tonalidade de pele escura ou clara. Deve possuir as seguintes características básicas: obstrução natural das vias aéreas de forma a permitir aos estudantes aprender a técnica de abrir a via aérea como em uma situação real, mandíbula móvel, face removível, elasticidade do tórax tipo humano para as técnica de ventilação e compressão torácica, marcas realistas para local de ponto de compressão (esterno e mamilos), possibilitar o uso de reanimador manual ou protetor facial durante a ventilação, permitir a respiração boca-boca, boca-nariz, so nariz e com mascara bucal (ambas pocket mask e bag-valve mask (bvm)), a resistência e elasticidade do torax devem ser realista e similar ao de um adulto médio, de forma a permitir que o equipamento seja compatível com sistemas externos de compressão e avaliação da rcp disponíveis no mercado. Que permita que o instrutor possa monitorar até 6 alunos ao mesmo tempo com um aplicativo instalado gratuitamente em seu celular ou pelo tablet com sistema operacional ios ou android, devendo exibir os seguintes parâmetros da RCP: Feedback da profundidade, liberação do tórax, frequência, fração de da compressão torácica em tempo real; tempo da sessão; pontuação total do exercício; indicação do volume ventilado com referência as faixas mínimas e máximas recomendadas, indicar a ventilação correta em % das ventilações totais; tempo sem compressões e protocolo utilizado (30:2 ou so compressão) o manequim deve ser leve para seu fácil transporte, feita de plástico reciclável para reduzir o impacto de c02, possibilidade de remoção e substituição dos filtros das vias aéreas, pulmões e pele da face.	04	R\$ 6.351,39	R\$ 25.405,56
09	<b>MANEQUIM PEDIATRICO DO TIPO SIMULADOR DE RCP PEDIATRICO HABILIDADES CLINICAS E SUPORTE BASICO DE VIDA</b> Manequim infantil para reanimação cardiopulmonar com feedback em tempo real que simula um criança de fisiologia e anatomia mediana, desenhado para um treinamento realístico das técnicas e de acordo com as recomendações internacionais. Possui aplicativos gratuitos que permitam avaliar os parâmetros de performance da RCP e proporcionar o feedback em tempo real ao aluno e instrutor, que ofereça uma excelente possibilidade de promover treinamento de RCP e técnicas de via aérea básica e intermediária com enfoque no aprimoramento da qualidade da assistência. Deve apresentar	02	R\$ 7.811,20	R\$ 15.622,40

	<p>obstrução natural das vias aéreas mandíbula móvel face removível habilidades de vias aéreas múltiplas tais como ventilação com ressuscitador e máscaras elasticidade do tórax tipo humano enquanto a ventilação e compressão expansão do tórax por ventilação. Ausculta de som pulmonar durante a ventilação com bip sonoro mostrando a eficácia da ventilação volume da ventilação correta ou errada. Marcas realísticas para local de ponto de compressão esterno mamilos e umbigo. Anatomia realista incluindo inclinação da cabeça elevação do queixo a profundidade de compressão frequência da compressão e elevação do tórax, simulação manual de pulso carotídeo possibilita o uso de ressuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação permite a respiração boca boca boca nariz só nariz e com máscara bucal ambas pocket mask e bag valve mask bvm fácil. Remoção substituição de pulmões e pele da face sem uso de ferramentas, sensor para o posicionamento correto das mãos compatível com as mais recentes diretrizes internacionais de RCP que permite que o instrutor possa monitorar até 6 alunos ao mesmo tempo comum aplicativo instalado gratuitamente. em seu celular ou tablet devendo exibir os seguintes parâmetros da RCP feedback da compressão em tempo real feedback sobre o posicionamento correto das mãos durante a compressão.</p>			
10	<p><b>MANEQUIM LACTENTE/BEBE DO TIPO SIMULADOR DE RCP LACTENTE HABILIDADES CLINICAS E SUPORTE BASICO DE VIDA</b> Manequim de RCP lactente com monitoramento e feedback da qualidade da RCP. Manequim bebe de corpo inteiro para reanimação cardiopulmonar projetada para medir a prática da RCP para avaliar os resultados da prática e proporcionar um bom feedback para o instrutor e aluno. Disponível em mais de uma tonalidade de pele que ofereça uma excelente possibilidade de promover treinamento de RCP e técnicas de via aérea básica com enfoque no aprimoramento da qualidade da assistência. Deve possuir as seguintes características básicas: obstrução natural das vias aéreas de forma a permitir aos estudantes aprender a técnica de abrir a via aérea como em uma situação real mandíbula móvel face removível elasticidade do tórax tipo humano enquanto a ventilação e compressão. Marcas realísticas para local de ponto de compressão esterno mamilos e umbigo possibilitam o uso de resuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação. Permitir a respiração boca boca boca nariz só nariz e com máscara bucal ambas pocket mask e bag valve mask bvm treinamento de asfixia com feedback audível choro quando o procedimento é realizado corretamente que permita que o instrutor possa monitorar até 6 alunos ao mesmo tempo com um aplicativo instalado gratuitamente em seu celular ou tablet devendo exibir os seguintes parâmetros da RCP, feedback da compressão em tempo real, feedback sobre o posicionamento correto das mãos durante a compressão, tempo da sessão, indicação da profundidade de cada compressão indicação da correta liberação do tórax após cada compressão, medir a taxa de compressão corretas em relação às compressões efetuadas, tempo total do treinamento, pontuação total do exercício, indicar o volume ventilado com referência</p>	02	R\$ 6.825,85	R\$ 13.651,70

	as faixas mínimas e máximas recomendadas indicar a ventilação correta em porcentagem das ventilações totais tempo sem compressões que os alunos possam ver seu próprio rendimento e feedback em tempo real.			
11	<b>SIMULADOR DE CABEÇA GERENCIAMENTO DE VIAS AÉREAS E INTUBAÇÃO ADULTA.</b> Simulador Cabeça Adulto Avançada para Treinamento de Intubação. Simulador avançado para treinamento de entubação adulto com anatomia realista. Que permita simular manobra de Sellick e laringoespasma; compatível com máscara facial, máscara laríngea, combitube e sonda endotraqueal; permita intubação oral e nasal; Simula dilatação estomacal e vômito; Dispositivo audível em arcada dentária superior; Permite visualizar expansão pulmonar e auscultar sons da respiração; Além do laringoscópio permita treinar com fibroscópio; intubação, ventilação e aspiração das vias aéreas. Que possua vias aéreas complicadas por dentes quebrados e espasmos laríngeos. O estômago anatômico deve distender com entubação esofágica ou excesso de pressão durante respiração de emergência, além do recurso de vômito. Equipamento deve acompanhar: Mala de transporte, base rígida, lubrificante e instruções de uso.	01	R\$ 9.646,98	R\$ 9.646,98
12	<b>DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO - PARA TREINAMENTO.</b> com 10 cenários pre-programados de arritmias diversas, ícones intuitivos e instruções de voz no idioma português, controle remoto contribui para que os cursos e treinamentos possam ser dados com mais eficácia e dinamismo, acompanha eletrodos para ecg adulto e infantil, não carrega e não entrega choques, equipamento compacto, leve e portátil, pés de borracha altamente resistentes, bateria com autonomia de aproximadamente 8 horas e tempo de carga de 4 horas. volume de voz. conectar alto-falante externo; pausar e iniciar a simulação ; selecionar os cenários	02	R\$ 2.067,70	R\$ 4.135,39
13	<b>SIMULADOR DE PARTO MODELO ANATÔMICO</b> para treinamento prático em ginecologia e obstetrícia, confeccionado em PVC ou silicone, com pelve feminina em tamanho real, contendo vulva, colo uterino, vértebras lombares, íleo e sacro. Acompanha feto anatômico com fontanelas identificáveis, placenta e cordão umbilical. Permite a simulação de parto normal e parto pélvico, com mecanismo de movimentação do feto para demonstração da descida e rotação fetal, possibilitando visualização do mecanismo de parto para fins didáticos e capacitação profissional.	01	R\$ 2.195,00	R\$ 2.195,00

Os referidos valores unitários estão fundamentados na pesquisa anexada em [Cotação Pesquisa de Preço Geral 02 de 13/10/2025 \(ID 2112240\)](#), cujo resultado fora extraído dos documentos juntados em [\(ID 2061908\)](#); [\(ID 2061918\)](#); [\(ID 2061929\)](#); [\(ID 2061938\)](#); [\(ID 2061942\)](#); [\(ID 2061952\)](#) e na complementação juntada em [\(ID 2688853\)](#).

Conforme indicado na cotação de preços, para obtenção do valor, utilizou-se a média dos resultados de pesquisa. Contudo, para alguns itens, o setor demandante não logrou em identificar mais de um resultado.

Em razão do ocorrido, complementou-se a cotação por meio de pesquisa exclusiva em sites da internet, a fim de padronizar o cálculo aritmético da estimativa preliminar. O resultado obtido está demonstrado na planilha a seguir e o comprovante de pesquisa juntado em [\(ID 2688853\)](#).

**LEVANTAMENTO DE PESQUISA DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTES - PROCESSO 4456/2025**

	ESPECIFICAÇÃO	SITE	PAINE L DE PREÇO	PNCP	REGISTRO DE PREÇO	MÉDIA	QUANT.	VALOR
1	Maca do tipo prancha de resgate		R\$ 320,00	R\$ 520,00		R\$ 420,00	10	R\$ 4.200,00
2	Aspirador de secreção elétrico móvel	*				R\$ 3.738,32	5	R\$ 18.691,60
3	Mochila de resgate	R\$ 370,79			R\$ 400,30	R\$ 385,54	10	R\$ 3.855,45
4	Manequim adulto simulador para treino de habilidades clínicas em suporte básico de vida			R\$ 8.842,42	R\$ 3.860,36	R\$ 6.351,39	4	R\$ 25.405,56
5	Manequim pediátrico simulador para treino de habilidades clínicas em suporte básico de vida			R\$ 6.834,20	R\$ 8.788,20	R\$ 7.811,20	2	R\$ 15.622,40
6	Manequim lactente (Bebê) simulador para treino de habilidades clínicas em suporte básico de vida			R\$ 6.834,20	R\$ 6.817,50	R\$ 6.825,85	2	R\$ 13.651,70
7	Simulador de cabeça para intubação	*				R\$ 9.646,98	1	R\$ 9.646,98
8	Desfibrilador Externo Automático			R\$ 1.633,00	R\$ 2.502,39	R\$ 2.067,70	2	R\$ 4.135,39
9	Simulador de parto, modelo anatômico de parto, modelo simulador de parto.	*				R\$ 2.195,00	1	R\$ 2.195,00

Estimativa geral: R\$ 97.404,08

Legenda: itens marcados com "\*", referem-se às fontes exclusivas de sites de internet. Planilha em anexo.

Assim, como resultado do levantamento, obteve-se o valor de **R\$ 97.404,08 (noventa e sete mil quatrocentos e quatro reais e oito centavos)**. Ademais, a referida estimativa está adequada ao valor global máximo aprovado, nos termos do documento [\(ID 2345835\)](#).

Por fim, ressalta-se que **a estimativa aqui apresentada tem caráter preliminar e orientador**, devendo ser complementada por pesquisa de preços **formal e oficial** a ser conduzida pela Controladoria Geral de Preços (CGP), **nos termos do Despacho nº 245/PGM/PMJP/2025**.

**8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL**

O parcelamento da contratação deve ser avaliado com vistas a ampliar a competitividade, promover a economicidade e atender ao interesse público de forma eficiente, desde que não comprometa a funcionalidade, a compatibilidade técnica e a padronização dos bens adquiridos.

No presente caso, a solução prevista envolve a aquisição de bens permanentes destinados a diferentes finalidades dentro da estrutura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), com abrangência sobre áreas operacionais, administrativas, regulatórias e de educação permanente. Tendo em vista a diversidade de natureza, aplicação e especificidade técnica dos itens envolvidos, **conclui-se pela viabilidade e conveniência do parcelamento da solução em grupos de itens com características e funções semelhantes**, a fim de garantir uma contratação mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

O parcelamento, nesse contexto, permite maior especialização dos fornecedores, aumenta a competitividade entre empresas do setor, reduz o risco de direcionamento e possibilita



melhores condições comerciais em cada grupo homogêneo de materiais. Além disso, facilita a gestão contratual e patrimonial, bem como a logística de recebimento e distribuição dos itens, uma vez que respeita a lógica funcional e organizacional da instituição contratante.

Cabe destacar que, mesmo optando-se pelo parcelamento, serão mantidas a padronização técnica, a interoperabilidade e a compatibilidade entre os itens adquiridos, assegurando que a contratação atenda plenamente aos critérios de desempenho, qualidade e segurança exigidos para o serviço.

Por outro lado, **não se identificam justificativas técnicas, operacionais ou econômicas que respaldem a adoção da solução em lote único**. A consolidação de todos os itens em uma contratação única implicaria na concentração de objetos distintos, com riscos à competitividade e possíveis prejuízos à obtenção da proposta mais vantajosa, contrariando os princípios da eficiência e da economicidade.

Portanto, a decisão pelo parcelamento da contratação atende aos critérios estabelecidos pela legislação vigente e se justifica tecnicamente como a alternativa mais adequada para a obtenção dos resultados esperados com a contratação, assegurando transparência, isonomia, competitividade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Após análise técnica e administrativa da demanda apresentada, **não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes** em curso ou planejadas que estejam vinculadas, condicionadas ou complementares à presente aquisição de materiais permanentes para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do município de Ji-Paraná.

A contratação ora proposta se apresenta como uma ação autônoma, com escopo claramente definido e objetivos específicos, não dependendo de outras contratações para sua plena execução, tampouco compondo um conjunto integrado de aquisições que exija planejamento conjunto.

Portanto, a execução desta contratação não está condicionada a entregas, contratações ou implementações simultâneas de outros objetos administrativos ou operacionais, sendo plenamente viável sua tramitação e implementação de forma independente, nos termos do planejamento institucional e das diretrizes legais aplicáveis.

## 10. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme extrai-se do [Relatório PCA de 25/02/2026 \(ID 2461434\)](#) e o [Anexo PLANO DE TRABALHO MAT. PERM SAMU de 29/10/2025 \(ID 2150824\)](#), em conformidade com a legislação vigente.

Ainda, os materiais pretendidos estão descritos no DFD nº 993 de 04/12/2025, DFD nº 1102 de 08/12/2025 e DFD nº 992 de 04/12/2025, juntados em [\(ID 2393100\)](#), bem como no DFD nº 1660 de 05/03/2026 [\(ID 2508769\)](#) e DFD nº 2011 de 30/04/2026 em [\(ID 2672615\)](#).

Dessa forma, a demanda está alinhada às diretrizes de planejamento, à disponibilidade orçamentária e às necessidades operacionais da Administração, não havendo qualquer impedimento quanto à sua formalização e prosseguimento.

## 11. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

A contratação proposta tem como finalidade a aquisição de materiais permanentes indispensáveis à estruturação, ao aprimoramento e à continuidade das atividades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), contribuindo diretamente para o fortalecimento da Rede de Atenção às Urgências no município de Ji-Paraná. Os **resultados pretendidos, em termos de efetividade**, consistem na elevação da qualidade, segurança e resolutividade dos atendimentos pré-hospitalares, na melhoria da capacidade de resposta em situações críticas e no aperfeiçoamento da gestão da Central de Regulação e da formação continuada dos profissionais de saúde.

A expectativa é de que, com a disponibilização dos materiais adquiridos, as equipes do SAMU atuem com maior agilidade, precisão técnica e respaldo estrutural, reduzindo o tempo de resposta e os riscos associados à assistência inadequada. Além disso, espera-se o fortalecimento da educação permanente por meio do uso de equipamentos didáticos e simuladores, promovendo o desenvolvimento técnico-profissional das equipes e assegurando a padronização dos atendimentos conforme os protocolos nacionais de urgência e emergência.

Do ponto de vista organizacional, a efetividade da contratação também está relacionada à melhoria das condições de trabalho, ao aumento da motivação e da produtividade das equipes, à padronização dos processos operacionais e à redução de falhas assistenciais. Isso contribui para o fortalecimento institucional do SAMU, promovendo sua consolidação como um serviço de referência e confiança junto à população.

Em relação ao **desenvolvimento nacional sustentável**, a contratação será orientada pelos princípios da administração pública sustentável, buscando adquirir produtos que atendam aos critérios de sustentabilidade previstos na legislação vigente. Serão priorizados, sempre que possível, itens que apresentem maior durabilidade, menor impacto ambiental, eficiência energética, possibilidade de reaproveitamento e que estejam em conformidade com as exigências de segurança e saúde do trabalhador.

Portanto, a efetividade esperada não se restringe apenas aos ganhos técnicos e operacionais do SAMU, mas abrange impactos positivos na saúde pública, na valorização profissional, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento socioeconômico local e nacional.

## 12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

Previamente à formalização da aquisição, a Administração adotará as providências necessárias para assegurar a regularidade do processo e a adequada entrega dos materiais, observando os princípios da legalidade e eficiência.

### 1. Consolidação e Disponibilidade Orçamentária

Deverá ser realizada a consolidação do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR), com a devida verificação da disponibilidade orçamentária e financeira para suportar a despesa com os materiais solicitados, em conformidade com o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde.

### 2. Instrumento de Formalização e Empenho

A Administração promoverá a emissão do instrumento hábil (Nota de Empenho), no qual constarão detalhadamente as especificações dos materiais, prazos de entrega e condições de garantia.

### 3. Designação da Fiscalização Técnica

Será procedida a designação formal de servidor(es) responsáveis pelo recebimento e fiscalização, preferencialmente vinculados à **Coordenação do SAMU 192**, cabendo-lhes verificar a conformidade das macas, aspiradores de secreção móvel, mochilas de resgate, simuladores/manequins, para habilidades clínicas e suporte básico de vida, estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

### 4. Orientação e Conferência de Amostras

Os servidores designados deverão realizar a conferência rigorosa das amostras enviadas pela contratada antes da produção em larga escala, bem como a **validação da numeração baseada no catálogo técnico apresentado**, confrontando as medidas do fabricante com a biometria dos servidores do SAMU 192, observando:

### 5. Logística de Recebimento e Estoque

Deverá ser providenciada a organização do local de entrega no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo que o ambiente esteja adequado para o armazenamento temporário, evitando umidade ou exposição solar que possa danificar os materiais sintéticos e couros.

### 6. Verificação de Regularidade e Conformidade

Antes da formalização, a Administração verificará a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista do fornecedor, bem como a conformidade da proposta final com as especificações técnicas definidas neste ETP.

### 7. Registro Patrimonial e Controle

Por fim, serão adotadas as providências para o registro patrimonial dos bens permanentes, possibilitando o monitoramento da durabilidade e o planejamento de futuras reposições.

## 13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Considerando os materiais que compõem os itens solicitados (maca de resgate, mochilas de resgate, manequins simuladores, desfibrilador e aspirador de secreção elétrico) deverão ser adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

#### a) Maca de resgate

**Impacto ambiental:** geração de resíduos sólidos no fim da vida útil (estruturas metálicas, plásticos de alta densidade e espumas).

**Medidas mitigadoras:** a estrutura deverá ser 100% reciclável; para higienização, deverão ser utilizados, preferencialmente, desinfetantes hospitalares biodegradáveis e com menor toxicidade ambiental.

**Descarte:** as macas inservíveis deverão ser direcionadas para empresas de reciclagem ou recolhidas pelo fornecedor para destinação correta.

#### b) Mochila de resgate

**Impacto ambiental:** descarte de tecidos sintéticos de difícil degradação no meio ambiente; acúmulo de resíduos por baixa durabilidade pelo uso severo dos serviços prestados pelo SAMU.

**Medidas mitigadoras:** os materiais deverão ser de alta resistência e costuras reforçadas para maximizar a vida útil do item; observar possibilidade de reparos locais, como troca de zíperes e alças, antes do descarte final.

**Descarte:** envio das mochilas inservíveis para reciclagem têxtil ou recolhimento pelo fornecedor.

### **c) Aspirador de Secreção Elétrico Portátil**

Impactos Ambientais: geração de lixo eletrônico; contaminação por metais pesados ao fim da vida útil; geração de resíduos de serviço de saúde (RSS) infectantes.

**Medidas mitigadoras:** adoção de frascos coletores passíveis de autoclavagem, sempre que permitido pelos padrões de biossegurança; os descartáveis deverão ser segregados rigorosamente como RSS Grupo A para incineração ou autoclavagem regulamentada.

**Descarte:** o fornecedor deverá recolher o equipamento e a bateria exaurida ao final de sua vida útil.

### **d) Manequins Simuladores**

**Impacto ambiental:** geração de resíduos plásticos e de borracha/silicone não biodegradáveis; geração de lixo eletrônico (manequins que possuem sensores eletrônicos e/ou conexão digital).

**Medidas mitigadoras:** opção por marcas que ofereçam peças de reposição, a fim de evitar o descarte do manequim inteiro; no caso dos que possuem simuladores de pulmão e vias aéreas, opção por aqueles feitos de plástico reciclável.

**Descarte:** segregar a parte eletrônica (sensores) do corpo plástico no momento do descarte, destinando cada parte para sua respectiva cadeia de reciclagem.

### **e) Desfibrilador**

**Impacto ambiental:** potencial de contaminação ambiental por obsolescência tecnológica (lixo eletrônico pesado); risco de contaminação do solo e da água pelo descarte incorreto de baterias de alta densidade energética.

**Medidas mitigadoras:** apresentação de Plano de Logística Reversa pelo fabricante dos equipamentos e baterias substituídas; descarte rigoroso dos eletrodos utilizados como Resíduo de Serviço de Saúde (RSS).

**Descarte:** o fornecedor deverá recolher o equipamento e a bateria exaurida ao final de sua vida útil.

## **14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

Considerando que a solução escolhida fortalecerá as atividades do Núcleo de Educação Permanente e garantirá o apoio operacional da Central de Regulação.

Considerando que a disponibilização de equipamentos adequados e padronizados nas viaturas e na estrutura de regulação constitui requisito indispensável para a execução de procedimentos de suporte básico e avançado de vida, reduzindo riscos assistenciais e ampliando a capacidade de resposta às urgências e emergências.

Considerando a estrutura atual composta por 02 Unidades de Suporte Básico (USB), 01 Unidade de Suporte Avançado (USA) e 01 Veículo de Intervenção Rápida (VIR), bem como o volume de atendimentos registrados desde a implantação do serviço, a aquisição visa assegurar a continuidade e a regularidade da prestação do serviço público essencial.

Conclui-se que a contratação para aquisição de materiais e equipamentos permanentes, como mochilas de resgate, macas e simuladores de RCP, mostra-se adequada e necessária para subsidiar as atividades realizadas no âmbito do Serviço Móvel de Urgência, assegurando a continuidade e a regularidade da prestação do serviço público essencial, e auxiliando

## **15. CONSULTA A ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAL QUANTO À EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ATENDA A NECESSIDADE APRESENTADA PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Conforme extrai-se do [Despacho Integrado 29 de 06/04/2026 \(ID 2578874\)](#), o órgão gerenciador informou que inexistente Ata de Registro de Preço em relação aos itens solicitados.

## 16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos, considerando todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, que a contratação destinada à **aquisição de materiais e equipamentos, como mochilas, aspirador de secreção, maca de resgate e manequins simuladores**, destinados às unidade vinculadas ao Serviço de Atendimento Móvel, apresenta **viabilidade técnica, administrativa e econômica**, atendendo às necessidades institucionais identificadas.

A solução indicada demonstra compatibilidade com as demandas operacionais da rede municipal de saúde, com os recursos orçamentários disponíveis e com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

Diante disso, conclui-se pela **viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo para a elaboração do Termo de Referência e posterior realização do procedimento licitatório.

## 17. APROVAÇÃO

**O ORDENADOR DE DESPESAS SECRETÁRIO DE SAÚDE** *Cristiano Ramos Pereira*, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, resolve **APROVAR** o presente Estudo Técnico Preliminar com o objetivo de adquirir materiais e equipamentos permanentes para as unidades vinculadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, com o intuito de fortalecer as equipes e garantir o pleno atendimento à população do município de Ji-Paraná/RO.

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA DAVILA TONIN, ASSESSOR (A) NÍVEL I - SEMUSA**, em 18/05/2026 às 12:02, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE SOUZA OLIVEIRA, GERENTE DEPARTAMENTO MEDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE**, em 18/05/2026 às 12:04, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO RODRIGUES DA SILVA, TECNICO EM ENFERMAGEM - SAU**, em 18/05/2026 às 12:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 18/05/2026 às 12:43, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2674929** e o código verificador **037681CB**.

Referência: [Processo nº 1-4456/2025](#).

Docto ID: 2674929 v2

**ANEXO II**

**CARTA PROPOSTA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-4456/2025 - SEMUSA**

**OBJETO:** Aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados a suprir as necessidades das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) coordenado pela Central de Regulação de Urgência 9cru), sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná (SEMUSA), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**Dados do proponente:**

Razão Social:

CNPJ: .....

Endereço: .....

Município: ..... Estado: ..... CEP: .....

Telefone: .....

E-mail: .....

**Dados do responsável pela assinatura do Contrato:**

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função:

**Dados para contato/correspondência:**

Endereço:

Telefone:

E-mail:

**Dados para pagamentos:**

Conta Corrente n.º .....

Agência n.º.....

Banco.....

À

**Superintendência de Compras e Licitações**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>, nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und	Qnt	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
<b>ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS</b>					
1.	Maca De Resgate de imobilização de coluna utilizada na imobilização e transporte de pacientes acidentados. Possui orifícios ao longo de sua estrutura permitindo a fixação por tirantes, realização de amarras e fixação de imobilizadores de cabeça. Sistema de estabilização, imobilização, emergência e	UND	10	502,69	5.026,90

	transporte de pacientes/vítimas politraumatizadas, com as seguintes características: o sistema é composto por uma 01 unidade de prancha longa, confeccionada de material totalmente impermeável em fibra de polietileno, rígida, leve, possui pegadores amplos, rádio translúcida para uso em ambientes de raios-x e ressonância magnética. Dimensionada para suportar vítimas com peso até 180 kg, possibilita o resgate nas águas ou em alturas. Acompanha jogo de cintos com 03 peças (01 vermelha, 01 amarela e 01 preta) e 01 conjunto de cinto tipo aranha para imobilização, confeccionado em fitas de nylon, em cores, radiotransparente, fixado por fitas em velcro de 50 mm de largura, nas cores: preta, verde, amarela, vermelha, permite imobilizar: ombros, tórax, pelve, braços e pernas, desenhados para ser facilmente acondicionado. 01 capa, utilizada para acomodar uma maca, colares, cintos e talas de imobilização, com bolsos internos, confeccionada em poliéster, possui fecho em zíper com cursores duplos.				
2.	ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELETRICO MOVEL PORTATIL ALTO VA CUO, RECARREGAVEL COM BATERIA E REDE BIVOLT, FRASCO COLETOR E ACESSORIOS CONFORME DETALHAMENTO DO PRODUTO: ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELETRICO MOVEL PORTÁTIL de alto vácuo, indicado para sucção de secreções, fluidos corporais e corpos estranhos das vias aéreas superiores, como cavidade nasal, faringe e traqueia, para uso em atendimentos de urgência e emergência. Possui bomba tipo pistão isenta de óleo, funcionamento silencioso, vazão livre mínima de 18 litros por minuto e vácuo regulável de até aproximadamente 620 mmHg, com visor analógico para leitura da pressão. Equipamento leve, com peso aproximado de 3,5 kg, alimentado por bateria recarregável de 12V DC e por rede elétrica bivolt (100/240V AC), com frasco coletor de 800 ml dotado de válvula antitransbordamento, filtro microbiano para prevenção de contaminação cruzada, grau de proteção IP22 e consumo aproximado de 36 W. Acompanha frasco coletor, suporte, filtro, bateria recarregável, tubo de sucção e cabo de alimentação.	UND	5	4.267,93	21.339,65
3.	MOCHILA DE RESGATE DO TIPO ATENDIMENTO APH, NA COR AZUL PADRAO SAMU: Bolsa para transporte de	UND	2	427,66	855,32



	<p>materiais de atendimento nas ambulâncias confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e espuma pack, na cor azul. Deve possuir as dimensões de 40 cm de comprimento, 34 cm de altura e 33 cm de largura. Externamente nas quatro laterais deve possuir bolsos sendo: 1 bolso frontal e um traseiro com 39 cm de comprimento, 21 cm de altura e 10 cm de largura, bolsos laterais com 21 cm de altura, 18 cm de largura e 9 cm de profundidade, todos com abertura por zíper número 10 ocupando toda a parte superior de cada bolso. Na frente do bolso dianteiro deve haver o símbolo do SAMU (padrão), bordado, sublimado ou sikado, sendo a parte circular com 8 cm de diâmetro e a descrição SAMU 192 medindo 6 cm de altura por 7 cm de largura. Na parte interna deve haver divisórias fixadas por velcro de 2,5 cm de largura formando 4 compartimentos. Abertura da bolsa deve ser com zíper número 10, com 02 cursores que se encontram, deve ser cerca de 05 cm abaixo da extremidade superior, ocupando a parte frontal e as duas laterais. Na parte posterior interna da tampa deve haver um bolso de tela com zíper ocupando toda a largura desta e com 40 cm de comprimento e 32 cm de altura. Deve possuir 02 alças de 4 cm de largura, na cor preta, fita de nylon, fixas, para uso em forma de mala de mão, e alça de ombro removível com fecho de engate rápido de 5 cm de largura, regulável e com apoio de ombro. Todas as costuras devem ser resistentes e possuir acabamento com vivo e pé de plástico para apoio.</p>				
4.	<p>MOCHILA DE RESGATE DO TIPO ATENDIMENTO APH, NA COR VERMELHA PADRAO SAMU: Bolsa para transporte de materiais de atendimento nas ambulâncias confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e espuma pack, na cor vermelha. Deve possuir as dimensões de 40 cm de comprimento, 34 cm de altura e 33 cm de largura. Externamente nas quatro laterais deve possuir bolsos sendo: 1 bolso frontal e um traseiro com 39 cm de comprimento, 21 cm de altura e 10 cm de largura, bolsos laterais com 21 cm de altura, 18 cm de largura e 9 cm de profundidade, todos com abertura por zíper número 10 ocupando toda a parte superior de cada bolso. Na frente do bolso dianteiro deve haver o símbolo do SAMU (padrão), bordado, sublimado ou sikado, sendo a parte circular com 8 cm de diâmetro e a descrição SAMU 192 medindo 6 cm de altura por 7 cm de largura. Na</p>	UND	2	536,62	1.073,24

	parte interna deve haver divisórias fixadas por velcro de 2,5 cm de largura formando 4 compartimentos. Abertura da bolsa deve ser com zíper número 10, com 02 cursores que se encontram, deve ser cerca de 05 cm abaixo da extremidade superior, ocupando a parte frontal e as duas laterais. Na parte posterior interna da tampa deve haver um bolso de tela com zíper ocupando toda a largura desta e com 40 cm de comprimento e 32 cm de altura. Deve possuir 02 alças de 4 cm de largura, na cor preta, fita de nylon, fixas, para uso em forma de mala de mão, e alça de ombro removível com fecho de engate rápido de 5 cm de largura, regulável e com apoio de ombro. Todas as costuras devem ser resistentes e possuir acabamento com vivo e pé de plástico para apoio.				
5.	MOCHILA DE RESGATE DO TIPO ATENDIMENTO APH, NA COR LAR ANJA PADRAO SAMU: Bolsa para transporte de materiais de atendimento nas ambulâncias confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e espuma pack, na cor laranja. Deve possuir as dimensões de 40 cm de comprimento, 34 cm de altura e 33 cm de largura. Externamente nas quatro laterais deve possuir bolsos sendo: 1 bolso frontal e um traseiro com 39 cm de comprimento, 21 cm de altura e 10 cm de largura, bolsos laterais com 21 cm de altura, 18 cm de largura e 9 cm de profundidade, todos com abertura por zíper número 10 ocupando toda a parte superior de cada bolso. Na frente do bolso dianteiro deve haver o símbolo do SAMU (padrão), bordado, sublimado ou sikado, sendo a parte circular com 8 cm de diâmetro e a descrição SAMU 192 medindo 6 cm de altura por 7 cm de largura. Na parte interna deve haver divisórias fixadas por velcro de 2,5 cm de largura formando 4 compartimentos. Abertura da bolsa deve ser com zíper número 10, com 02 cursores que se encontram, deve ser cerca de 05 cm abaixo da extremidade superior, ocupando a parte frontal e as duas laterais. Na parte posterior interna da tampa deve haver um bolso de tela com zíper ocupando toda a largura desta e com 40 cm de comprimento e 32 cm de altura. Deve possuir 02 alças de 4 cm de largura, na cor preta, fita de nylon, fixas, para uso em forma de mala de mão, e alça de ombro removível com fecho de engate rápido de 5 cm de largura, regulável e com apoio de ombro. Todas as costuras devem ser resistentes e possuir acabamento com vivo e pé de plástico para apoio.	UN	1	386,77	386,77

6.	<p>MOCHILA DE RESGATE DO TIPO MEDICAMENTO, NA COR VERMELHA PADRÃO SAMU: Mochila para acondicionamento e transporte de medicamentos de atendimento nas ambulâncias confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e espuma pack, na cor vermelho, padrão SAMU. Deve possuir as dimensões de 40 cm de altura, 30 cm de largura e 20 cm de profundidade. Abertura por zíper número 10 com 2 cursores que ocupa as laterais e a parte superior. Na parte frontal deve haver bordado, sublimado ou sikado o símbolo do SAMU (padrão). Internamente na parte frontal deve haver dois bolsos em lona 600, com fechamento por zíper número 8 sendo este zíper colocado na parte médio frontal. Todos com as dimensões de 30 cm de largura, 16 cm de altura e 6 cm de profundidade. Na parte posterior haverá 3 fileiras de bolso em plástico transparente gramatura 20, nas medidas 12 cm altura por 11 cm largura, cada fileira de bolso deve ser fechada com tampa única de cerca 6 cm lacrada com velcro de 5 cm, na parte interna deve haver 04 abas na forma de fichário confeccionadas em lona 600 e espuma pack, sendo todas compostas, em ambos os lados, por 3 fileiras de 3 bolsos em plástico de gramatura 20 transparente medindo 12 cm de altura e cerca de 11 cm de largura cada. Cada fileira de bolso deve ser fechada com tampa única de cerca de 6 cm, lacrada por velcro de 5 cm de largura. Os bolsos precisam ter folga para acondicionamento de ampolas de medicações. 2 alças de mão 5 cm fixadas por cadarços 4 cm, na parte posterior 2 alças 5 cm largura por 75 cm comprimento, fixadas por reguladores 5 cm largura. Todas as costuras devem ser resistentes, com reforço e pé de plástico para apoio.</p>	UN	4	506,17	2.024,68
7.	<p>BOLSA DE SINAIS VITAIS COM 3 DIVISÓRIAS: Bolsa para acondicionamento e transporte de dispositivos médico hospitalares tais como esfigmomanômetro, oxímetro, termômetro, lanterna pupilar, glicosímetro, lancetas e algodão, para atendimento em âmbito pré-hospitalar confeccionada em lona 900, forrada com lona 600 e divisórias em PVC, na cor vermelha, padrão necessário. Deve possuir as dimensões de 44 cm de comprimento em sua abertura total (abas e bolso principal) medidas de bolso principal 17 cm de altura, 10 cm de largura. Abertura principal por lingueta com botão de pressão que une as abas externas (cada aba com largura de 17 cm de altura) na bolsa</p>	UN	1	389,48	389,48

	principal. Na parte interna a cada aba deve haver bolso em plástico transparente gramatura 20, nas medidas 15 cm altura com zíper. Os bolsos precisam ter folga para acondicionamento de termômetro, estetoscópio, glicosímetro, lancetas e algodão, 1 antena pupilar. Na parte externa deve haver bordado, sublimado o símbolo do SAMU (padrão).				
8.	MANEQUIM ADULTO DO TIPO SIMULADOR DE RCP ADULTO HABILIDADES CLINICAS E SUPORTE BASICO DE VIDA: Manequim torso adulto para RCP com monitoramento de feedback da qualidade reanimação cardiopulmonar projetada para: medir a prática da RCP; avaliar os resultados da prática e proporcionar feedback sobre a qualidade da rcp. Durável, feita de plástico reciclável para reduzir o impacto de c02. Disponível na tonalidade de pele escura ou clara. Deve possuir as seguintes características básicas: obstrução natural das vias aéreas de forma a permitir aos estudantes aprender a técnica de abrir a via aérea como em uma situação real, mandíbula móvel, face removível, elasticidade do tórax tipo humano para as técnica de ventilação e compressão torácica, marcas realistas para local de ponto de compressão (esterno e mamilos), possibilitar o uso de reanimador manual ou protetor facial durante a ventilação, permitir a respiração boca-boca, boca-nariz, só nariz e com mascar a bucal (ambas pocket mask e bag-valve mask (bvm)), a resistência e elasticidade do tórax devem ser realista e similar ao de um adulto médio, de forma a permitir que o equipamento seja compatível com sistemas externos de compressão e avaliação da rcp disponíveis no mercado. Que permita que o instrutor possa monitorar até 6 alunos ao mesmo tempo com um aplicativo instalado gratuitamente em seu celular ou pelo tablet com sistema operacional iOS ou Android, devendo exibir os seguintes parâmetros da RCP: Feedback da profundidade, liberação do tórax, frequência, fração de da compressão torácica em tempo real; tempo da sessão; pontuação total do exercício; indicação do volume ventilado com referência as faixas mínimas e máximas recomendadas, indicar a ventilação correta em %das ventilações totais; tempo sem compressões e protocolo utilizado (30:2 ou só compressão) o manequim deve ser leve para seu fácil transporte, feita de plástico reciclável para reduzir o impacto de c02,	UN	4	8.135,61	32.542,44

	possibilidade de remoção e substituição dos filtros das vias aéreas, pulmões e pele da face				
9.	MANEQUIM PEDIATRICO DO TIPO SIMULADOR DE RCP PEDIATRIC O HABILIDADES CLINICAS E SUPORTE BASICO DE VIDA: Manequim infantil para reanimação cardiopulmonar com feedback em tempo real que simula uma criança de fisiologia e anatomia mediana, desenhado para um treinamento realístico das técnicas e de acordo com as recomendações internacionais. Possui aplicativos gratuitos que permitam avaliar os parâmetros de performance da RCP e proporcionar o feedback em tempo real ao aluno e instrutor, que ofereça uma excelente possibilidade de promover treinamento de RCP e técnicas de via aérea básica e intermediária com enfoque no aprimoramento da qualidade da assistência. Deve apresentar obstrução natural das vias aéreas mandíbula móvel face removível habilidades de vias aéreas múltiplas tais como ventilação com ressuscitador e máscaras elasticidade do tórax tipo humano enquanto a ventilação e compressão expansão do tórax por ventilação. Ausculta de som pulmonar durante a ventilação com bip sonoro mostrando a eficácia da ventilação volume da ventilação correta ou errada. Marcas realísticas para local de ponto de compressão esterno mamilos e umbigo. Anatomia realista incluindo inclinação da cabeça elevação do queixo a profundidade de compressão frequência da compressão e elevação do tórax, simulação manual de pulso carotídeo possibilita o uso de ressuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação permite a respiração boca, boca nariz só nariz e com máscara bucal ambas pocket mask e bag valve mask bvm fácil. Remoção substituição de pulmões e pele da face sem uso de ferramentas, sensor para o posicionamento correto das mãos compatível com as mais recentes diretrizes internacionais de RCP que permite que o instrutor possa monitorar até 6 alunos ao mesmo tempo comum aplicativo instalado gratuitamente. em seu celular ou tablet devendo exibir os seguintes parâmetros da RCP feedback da compressão em tempo real feedback sobre o posicionamento correto das mãos durante a compressão.	UN	2	8.698,99	17.397,98
10.	MANEQUIM LACTENTE/BEBE DO TIPO SIMULADOR DE RCP LACTENTE HABILIDADES CLINICAS E SUPORTE BASICO DE VIDA: Manequim de RCP lactente	UN	2	7.158,00	14.316,00

	com monitoramento e feedback da qualidade da RCP. Manequim bebe de corpo inteiro para reanimação cardiopulmonar projetada para medir a prática da RCP para avaliar os resultados da prática e proporcionar um bom feedback para o instrutor e aluno. Disponível em mais de uma tonalidade de pele que ofereça uma excelente possibilidade de promover treinamento de RCP e técnicas de via aérea básica com enfoque no aprimoramento da qualidade da assistência. Deve possuir as seguintes características básicas: obstrução natural das vias aéreas de forma a permitir aos estudantes aprender a técnica de abrir a via aérea como em uma situação real mandíbula móvel face removível elasticidade do tórax tipo humano enquanto a ventilação e compressão. Marcas realísticas para local de ponto de compressão esterno mamilos e umbigo possibilitam o uso de ressuscitador manual ou protetor facial durante a ventilação. Permitir a respiração boca boca nariz só nariz e com máscara bucal ambas pocket mask e bag valve mask bvm treinamento de asfixia com feedback audível choro quando o procedimento é realizado corretamente que permita que o instrutor possa monitorar até 6 alunos ao mesmo tempo com um aplicativo instalado gratuitamente em seu celular ou tablet devendo exibir os seguintes parâmetros da RCP, feedback da compressão em tempo real, feedback sobre o posicionamento correto das mãos durante a compressão, tempo da sessão, indicação da profundidade de cada compressão indicação da correta liberação do tórax após cada compressão, medir a taxa de compressão corretas em relação às compressões efetuadas, tempo total do treinamento, pontuação total do exercício, indicar o volume ventilado com referência as faixas mínimas e máximas recomendadas indicar a ventilação correta em porcentagem das ventilações totais tempo sem compressões que os alunos possam ver seu próprio rendimento e feedback em tempo real.				
11.	SIMULADOR DE CABEÇA GERENCIAMENTO DE VIAS AEREAS E INTUBAÇÃO ADULTA: Simulador Cabeça Adulto Avançada para Treinamento de Intubação. Simulador avançado para treinamento de entubação adulto com anatomia realista. Que permita simular manobra de Sellick e laringoespasma; compatível com máscara facial, máscara laríngea, combitube e sonda endotraqueal; permita intubação oral e nasal;	UN	1	16.417,00	16.417,00



	simula dilatação estomacal e vômito; Dispositivo audível em arcada dentária superior; permite visualizar expansão pulmonar e auscultar sons da respiração; Além do laringoscópio permita treinar com fibroscópio; intubação, ventilação e aspiração das vias aéreas. Que possua vias aéreas complicadas por dentes quebrados e espasmos laríngeos. O estômago anatômico deve distender com entubação esofágica ou excesso de pressão durante respiração de emergência, além do recurso de vômito. Equipamento deve acompanhar: Mala de transporte, base rígida, lubrificante e instruções de uso.				
12.	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO - PARA TREINAMENTO: Com 10 cenários pré-programados de arritmias diversas, ícones intuitivos e instruções de voz no idioma português, controle remoto contribui para que os cursos e treinamentos possam ser dados com mais eficácia e dinamismo, acompanha eletrodos para ecg adulto e infantil, não carrega e não entrega choques, equipamento compacto, leve e portátil, pés de borracha altamente resistentes, bateria com autonomia de aproximadamente 8 horas e tempo de carga de 4 horas. volume de voz. conectar alto-falante externo; pausar e iniciar a simulação; selecionar os cenários	UN	2	2.696,50	5.393,00
13.	SIMULADOR DE PARTO MODELO ANATÔMICO: Para treinamento prático em ginecologia e obstetrícia, confeccionado em PVC ou silicone, com pelve feminina em tamanho real, contendo vulva, colo uterino, vértebras lombares, íleo e sacro. Acompanha feto anatômico com fontanelas identificáveis, placenta e cordão umbilical. Permite a simulação de parto normal e parto pélvico, com mecanismo de movimentação do feto para a demonstração da descida e rotação fetal, possibilitando visualização do mecanismo de parto para fins didáticos e capacitação profissional.	UN	1	2.341,63	2.341,63
<b>Valor total estimado para todos os itens.....</b> (Cento e dezenove mil, quinhentos e quatro reais e nove centavos)					<b>119.504,09</b>

**Observações:**

- Nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações **TODOS OS ITENS** são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS**
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – [COMPRASGOV/CATMAT/CATSERV](http://COMPRASGOV/CATMAT/CATSERV), e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.

- *Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.*

**Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias (mínimo).**

**Local/ Forma de entrega: Conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

---

### **DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA**

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente por este licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do presente órgão antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

---

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal



### ANEXO III DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
  - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

#### 2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

#### 3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
  - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
  - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**3.2.1.** As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1.**

**3.2.2.** Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**3.2.3.** Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos.**

**3.2.4.** As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura.**

**3.2.5.** O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

#### **4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**4.1. Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**4.2.** A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

**4.3.** O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

**4.3.1.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**4.4. Os itens que exigirem certificação obrigatória deverão apresentar registro ou certificação válida junto aos órgãos competentes, tais como INMETRO, ANVISA ou outros aplicáveis à natureza do produto.**

**4.5. Equipamentos de proteção individual ou segurança deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido quando exigido pela legislação.**

**4.6. Para itens que exijam certificação específica (ex.: equipamentos de segurança ou dispositivos médicos), comprovação de atendimento às normas técnicas aplicáveis.**

**4.7. Quando aplicável, apresentação de registro ou autorização emitida por órgão competente para comercialização do produto.**

**4.8. Não será exigido registro em conselho profissional, salvo quando o item específico assim o exigir por força de norma técnica ou regulamentação própria.**

**4.9. Todos os bens deverão ser novos, de primeiro uso, em conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis e manuais dos fabricantes.**

#### **5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**5.1.** Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa:

**ANEXO III – A**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a)** atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c)** suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g)** está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **www.ji-parana.ro.gov.br**
- h)** no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j)** não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k)** está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar

conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

**I)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**Obs:** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.**

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

**ANEXO IV**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**Processo Administrativo nº.....**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO  
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A  
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é o fornecimento de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>1</b>					
<b>2</b>					
<b>3</b>					
<b>...</b>					

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**1.3.5.** O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do (a) ....., na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**1.4.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**1.5.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

**1.6.** O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

**1.7.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**1.8.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**1.9.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

**1.10.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice..... (**conforme Termo de Referência**), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**1.11.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**1.12.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**1.13.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**1.14.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**1.15.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**1.16.** O reajuste será realizado por apostilamento.



**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

1.17. São obrigações do Contratante:

1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a

descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**1.37.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**1.38.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**1.39.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**1.40.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**1.41.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**1.42.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**1.43.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**1.44.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**1.45.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**1.46.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**1.47.** 1.47 - Não haverá exigência de garantia contratual (ou) A exigência de garantia contratual da execução será a ..... (conforme descrito no Termo de Referência).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**1.48.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.49. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - IV. **Multa**:
    - 1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
    - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.50. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.50.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 1.50.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - 1.50.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 1.50.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**1.53.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**1.54.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.55.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.56.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**1.57.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**1.58.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**1.59.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**1.59.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**1.60.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**1.60.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**1.60.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**1.60.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**1.61.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**1.61.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**1.61.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**1.61.3. Indenizações e multas.**

**1.62.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**1.63.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**1.64.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**1.64.1. Fonte de Recursos:**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**1.65.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**1.66.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

**1.67.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**1.68.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

**1.69.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**1.70.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

**1.71.** As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

*Secretário/Presidente*

---

*Representante legal do Contratado*

---

*Procurador Geral do Município*

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-